

“AJUNTAMENTOS de MEMÓRIA”

(De guerrilheiro a fogueteiro)

Claudio Nascimento

Para Leonor, pelo

humanismo, fé e bravura,

(dela, dizia o ‘doutor’ no DOI-CODI: “Não adianta, essa mulher não fala nada”).

Nasci numa pequena cidade de Pernambuco, chamada Brejo da Madre de Deus. O mês foi Outubro, o da Revolução russa de 1917, mas, também o da morte do Che ; foi 1 ano depois da Revolução chinesa e , 9 anos antes da Revolução cubana. O dia era o primeiro do mês e às 18 horas ,fim de tarde.

Eram tempos velozes e de mutações radicais.

Datas portam valores e símbolos. Aos 13 anos , já morando em Caruaru , ocorreu o golpe militar : 1º de Abril de 1964.Tudo foi muito rápido dali para frente. Já em 1965-66, começa a minha militância política no movimento estudantil. Foi um passo para o ‘protesto armado’.

Aos vinte anos, casei-me com minha prima, Leonor Souza Pinto. No mesmo mês do casamento tivemos que fugir para o Rio de Janeiro.Chegamos em 3 Novembro de 1970, em cima das eleições em que pregamos o voto nulo, com o slogan “Eleição é tapeação, luta armada é a solução”.

Como narrarei abaixo, no Rio,fomos “presos” pelo Exercito, era abril de 1973. E, não foi dia 1º , mas dia 10 de Abril.Não foi trote,muito pelo contrario ! No Rio, moramos de 1970 a 1988, moradia interrompida por um período de três anos fora do Brasil, em Paris, França.

Já na minha segunda relação, com Gládis Gassen, mãe do meu filho Carlos Gassen Nascimento, morei, de 1989 a 1997, no estado de São Paulo. Em 1998, rumamos para Florianópolis, onde ficamos até 2002. O Passo seguinte foi, para Brasília, no Governo Lula. Ainda, em janeiro de 2006, um câncer nos 'roubou' Gládis. Após mais um ano em Brasília, em 2007 mudamos para Porto Alegre, onde dividi com Carlos, moradia e trabalho entre Brasília e Porto Alegre, até final do Governo em 2010. Por fim, nos últimos três anos, 2011 a 2013, aportei de vez na capital gaúcha.

Com tantas cambalhotas, de cidade em cidade, confesso que fiquei sem saber onde poderia fazer depoimento para o processo aberto com a criação da Comissão da Verdade, Memória e Justiça.

Por isso, aproveitei algumas páginas que já vinha escrevendo há alguns anos, tipo "Memórias", e fiz um texto, enviado para as Comissões estaduais, a de Pernambuco chamada de "Dom Helder Câmara" e a do Rio de Janeiro.

Uma primeira dificuldade foi em relação ao nome do texto. Felizmente, encontrei um livro de José de Souza Martins que me ajudou nesse ponto.

Uma obra recente de Margareth Rago, "A aventura de contar-se", Editora Unicamp, 2013, deu-me mais elementos no que diz respeito às razões do "contar-se". Esse 'contar-se' envolve minha primeira companheira, Leonor Pinto, vindo ao encontro, exatamente, ao tema da pesquisa dessa autora "Feminismo e Subjetividade": a voz das mulheres que passaram pelos DOI-CODIS da ditadura militar. Rago apoia-se na obra de Jelin e Kaufman "Subjetividade y figuras de la memoria", (Buenos Aires, 2006). "No caso de memórias de sofrimento e de experiências traumáticas, de silêncio e de dor, em que ocorrem rupturas nas tramas sociais por causa de violências, mortes, silêncios, separações, as narrativas que trazem à tona essas experiências, em certos momentos, necessitam encontrar outros caminhos subjetivos de expressão para garantir a sobrevivência psíquica diante do insuportável". As duas autoras afirmam o seguinte: "de fato, trazer as narrativas do passado à cena é um modo de pensar em futuros" (p.73).

Margareth Rago, em relação às sete mulheres que entrevistou, afirma que, “nesse caso, rememorar é dar testemunho sobre acontecimentos políticos trágicos da vida brasileira, o que implica uma reatualização da dor sentida no passado, num momento de grande solidão e fragmentação (...). Mas é, também, um modo de criar novos horizontes, já que, nessas narrativas, articulam-se histórias de grande capacidade de superação da dor. Além do mais, são fundamentais por constituírem-se como memórias que, aos poucos, deixam de ser apenas pessoais para tornarem-se “memórias emblemáticas” que expressam as rupturas ainda não resolvidas da História brasileira” (p. 73). E nas páginas adiante, Rago chega a questões fundamentais:

“As memórias autobiográficas da violência da tortura na prisão evidenciam um desejo de justiça e ganham uma dimensão, também, de testemunho político contra aqueles que, no presente, ainda não foram julgados nem devidamente penalizados por seus atos”. Josef destaca como os lados ocultos da história, “acontecimentos que os dominados guardam na memória e que os dominantes desejam silenciar, explicam, muitas vezes, a importância do testemunho” (p.75)

Enfim, citando Hannah. Arendt: “só podemos transformar em experiência o sofrimento vivido na própria existência se lhe dermos publicidade, o que é fundamental para garantir a preservação da tradição e da própria vida. A escrita de si e o testemunho assumem uma dimensão pública, absolutamente necessária, para a reconstrução das relações sociais no mundo democrático, sob forte ameaça do esquecimento do passado, de esgarçamento da tradição e de empobrecimento da experiência” (p.75).

Depois desses esclarecimentos e relações com obras e autores citados, vamos a nossa narrativa. Não queria coisa triste, apesar do conteúdo narrado. Por isso, recorri ao ‘velho’ Mario Pedrosa.

Esse conterrâneo de Timbaúba, dizia o seguinte: “mas se me tirarem as ideias com as quais, desde moço, dei a volta ao mundo, fiz cambalhotas, agi, ganhei e perdi, que me resta a contar?”

Dizia também que cada um precisa “se esculhambar” e rir de si mesmo! Em 1926, escrevia da Paraíba para seu grande amigo Lívio Xavier: “Eu não existo:

sou uma abstração vagabunda e superficial, sombra à cata de seu corpo”. Depois, em suas “Memórias”, Pedrosa comenta a influência que recebeu das leituras de Nietzsche: “Como Zarathustra, seu mestre, Nietzsche sopra a sua tuba apocalíptica sobre o mundo, e seus ecos reboam até nós; no arco-íris belo e trágico, que traçou sob os céus, dividindo os homens, que represento Eu?”. E, responde: “Um minúsculo, anônimo grilo, numa borda de jardim, que, de repente, larga, sem ressonância, seu grito, estridente e teimoso”.

Um mineiro, grande amigo de Pedrosa, Hélio Pellegrino, escreveu em homenagem ao pernambucano: “Não há revolução sem modéstia. São as pessoas da massa trabalhadoras que sabem, ou poderão saber, sobre seu próprio caminho. Qualquer vanguardismo intelectual que se arroje o direito a substituir as bases proletárias, torna-se fonte envenenada de erro e ilusão. O verdadeiro revolucionário não vive de ilusão, vive de esperanças. Se as derrotas chegam e são amargas, é preciso aprender com elas, através da consciência que se toma dos erros praticados. A autocrítica também é uma prática, e, só como tal, escapa ao masoquismo e ao rancor. É necessário voltar à fonte, retomar a militância com o povo pobre, aprender com ele o segredo da paciência, da generosidade e da alegria. Se assim for feito, a vida se torna inspirada e fecunda, mesmo na derrota e na desgraça, mesmo na dor e no luto”.

Enfim, como dizia Mario: “A pisada é esta”!

Foi nesse espírito ‘pedrosiano’ que escrevi este ensaio, agônico, barroco e encaracolado, a começar pelo subtítulo do texto, ‘esculhambado’ ! Já o título principal, após muito divagar, achei-o numa obra de José de Souza Martins, “Uma Arqueologia da Memória Social Autobiografia de um Moleque de Fábrica”. “No final do “breve prólogo”, o autor fala de ‘Ajuntamentos de memória” e também, de “sussurros do viver sem rumo”. Gostei muito do primeiro, já do segundo, só cabem os ‘sussurros’, pois o “viver” tem rumo! Que o diga mestre Mario !

Mario Pedrosa costumava dizer que na vida “damos cambalhotas”; agimos, ganhamos e perdemos; e, gritamos, sobretudo nos momentos vividos nos “infernos da morte”, mas, tal qual o grilo “pedrosa-nietzschiiano”, foram

‘estridentes’ de dores, e ‘teimosos’ pela vida, mas que não podiam ressoar muito longe.

Neste texto, falo de “memórias”, inclusive de ‘recordações da Casa dos Mortos”, a da Rua Barão de Mesquita, o “principal espaço da morte”, onde tudo “DOI”. Na conjuntura atual, de busca da “Verdade e da Justiça”, que este texto ressoe como grito estridente e teimoso.

Numa sombria noite , no dia 11 de abril de 1973, a primeira pergunta que me fez o "doutor", um oficial e torturador do Exército, no tenebroso “hotel” da Rua Barão de Mesquita, o DOI-CODI, foi sobre “o que eu sabia sobre o Vietcongue?”. Lá estava eu, um anônimo grilo, fugido de Caruaru, envolto em questões internacionais. Mas, afinal, não éramos guerrilheiros da revolução tricontinental, da OLAS ?

Em outra noite sombria, no dia 11 de Junho de 1999, lá estava em situação complicadíssima frente a outro doutor, esse era médico mesmo. Após uma complicada cirurgia, minhas esperanças se resumiam, primeiramente, a soltar, puns, peidos – seria um sinal de que o intestino voltaria a funcionar; segundo, saber o resultado da biopsia do tumor. Os puns ocorreram após alguns dias de hospitalização. Um foguetório, como disse o médico, Dr. Baratieri, membro do PDT brizolista que em 1998 foi candidato a vice-governador de SC, na chapa com o PT. E acrescentou: “de guerrilheiro a fogueteiro”! Uma cambalhota e tanto! Na primeira condição, não dei nenhum tiro; já na segunda...

Entre estes “11”, o de 1973 e o de 1999, há uma longa e tortuosa história. Portanto, cascavilhemos no passado:

Cheguei a Florianópolis, em março de 1998. Vinha de São Paulo, onde vivi por quase 10 anos trabalhando, sobretudo no INCA e na CUT. Andando pela cidade, impressionou-me um prédio que fica no alto de um morro, no centro da cidade. Via algo de mouro na sua arquitetura, como o prédio do mercado de Campinas, onde vivi muitos anos. Disseram-me que era o antigo Hospital da Caridade. Não sabia bem o porquê, mas esse prédio passou a exercer um fascínio sobre mim.

Nos anos 80, visitei o Jardim Alhambra, em Granada, e fiquei impressionado com a cultura árabe. A leitura do livro sobre o filósofo Avicena, de Ernst Bloch, já tinha me fascinado. Nesta viagem, vinha do Marrocos, onde visitávamos Fez, Rabat e outros lugares, junto com Henriane Chaponai, com quem fomos de férias, visitar sua mãe, a querida Mami, em Rabat.

Nessa viagem, deslumbrei-me com arquitetura, dança, música, religião, filosofia, o comércio de Fez, o deserto, o uso da água na arquitetura e jardins. Sale, a cidade do outro lado do rio, em Rabat, onde viveu Simbad, o marujo. Essas coisas trouxeram-me, de volta, as leituras sobre a Revolução Argelina. E o mundo árabe atraía-me, pois me lembrava de vivências do Nordeste: o cordel, o repente, as histórias medievais, a Moura Torta, Ferrabrás etc.

Em Madri, na mesma época, tinha comprado na “Livraria Antônio Machado”, após incessantes anos de procura, os dois últimos volumes da “ESTETICA” (editorial Grijalbo), de G.Lukacs; neles o ensaísta húngaro aborda o tema jardins, sobretudo, o Alhambra.

Na tarde de 11 de junho de 1999, a primeira pergunta que me fez outro doutor, foi onde estava doendo. Dizia Eu, que doía, mas não muito, e não tinha sinais de febre. Após exame de sangue, vimos que havia uma infecção muito grande e que devia doer muito; não sabia como Eu ainda estava de pé e andando. No momento em que cheguei ao consultório do doutor-médico Baratieri, estava com dores terríveis no abdômen e quatro horas após, seria operado. Uma cirurgia que parecia simples, uns 40 minutos, mas que duraram 4 horas, das 19 às 23 horas. Um sufoco para Gladis e o amigo Zé Paulo, que estavam lá esperando desde as 19 horas. Para mim, não sei, estava anestesiado. Foram 15 dias de hospitalização.

Aliás, o Dr. baratieri dizia que nós, os nordestinos, temos ‘tigrina’ no sangue, pois não entendia como podíamos suportar tantas dores.

Esses ‘rendez-vous’ com os doutores, o *torturador em 1973* e o médico em 1999, tiveram consequências.. No primeiro caso, no DOI-CODI, extraíram-me algumas informações, não vitais, e despertaram ou me inocularam uma besta fera - que talvez seja parte de todo ser humano - Isso, depois, iria me incomodar muito,

com sentimentos de angústia, morte, depressão etc. Uns dez anos de sufoco para me curar. Já no segundo caso, no Hospital da Caridade, tratado com carinho de médicos, enfermeiras, acompanhantes e visitantes, extraíram-me 54 centímetros do intestino mais o apêndice. Ainda, surgem-me alguns problemas, decorrentes dessa cirurgia de vez em quando, contudo, não parece, também, ser vital. Além disso, tudo ficava no lado direito, portanto, sem implicações a nível ideológico!

Dias antes da cirurgia, um não doutor, um professor, acupunturista argentino (de Córdoba, terra do mestre Pancho Árico), fez-me muitas perguntas. Tratou minha doença como psicossomática, isto é, somatização das torturas nos anos 70, no DOI-CODI. Assim, fiquei quase três dias piorando. O professor argentino pedia-me para "expulsar" as dores repetindo as palavras "medo" e "dói" (que lembrava o DOI-CODI, como que para "espantar os demônios"). Por causa disso, esse "doutor" quase me extrai a vida. Não seria vital. Pois, segundo a pichação de Gregório Bezerra, nas paredes de sua cela na cadeia, (hoje, casa da cultura) em Recife, perderia muito... Gregório citando Goethe escreveu:

Perde-se a riqueza, perde-se pouco.
Perde-se a vida, perde-se muito.
Perde-se a moral, perde-se tudo.

Riqueza, não tenho!
O Moral vai bem, seu "doutor"!
A Vida continua!

Para lembrar de não me esquecer: declaro que além de um apartamento em Porto Alegre, como riqueza material, há uma Biblioteca, com cerca de 30 mil livros, mas que doei ao Fórum social com sede em Porto Alegre, e que será transformada em um espaço público para pesquisas e estudos.

Nossa história dos anos 60/70 não perdoa; parece que nunca acaba. Foi não foi, surge mais um fio. Enquanto os torturadores não forem punidos será um grito parado no ar. Uma vez, na prisão no DEOPS carioca, o professor Jacques Alvarenga me dizia: "tudo isto vai ser muito importante em nosso currículo, noutros tempos!" Mas não cabem essas coisas no Currículo Lattes. Aliás, em documento no meu prontuário no SNI, atual Arquivo Nacional, está escrito: "indivíduo sem

qualificação”. Na época em que comecei a ser perseguido e depois preso, era estudante em final do curso “científico”. Como não fiz Universidade, sigo na vida como “gauche” e “indivíduo sem qualificação”. Em 1970, cursava o último ano do Científico, e quando fugi, em outubro, já tinha notas para ser aprovado, menos em uma matéria. Mas, havia obrigação de fazer as provas finais. Assim, anos depois quando solicitei alguns documentos, fui dado como aluno ‘desistente’ pelo Colégio diocesano de Caruaru, onde estudava. O Coronel de nome Luís Carlos (se não me falha a memória) que fazia parte da diretoria, era um anticomunista radical.

Assim, com a consulta ao mestre argentino, mais uma vez, voltavam os anos 70. Mas, desta vez, o guerrilheiro era um inimigo imbricado nas minhas próprias entranhas: fiz vários exames e nada de diagnóstico. O tumor vinha e ia, aparecia e se escondia.

Na Escola Sul da CUT, nos cursos de formação sindical, tínhamos montado um túnel do tempo, sobre os 500 anos do Brasil. O primeiro espaço dele era uma espécie de sala, representando o inferno, em que estavam as cabeças dos cangaceiros de Lampião e Corisco, fotos dos guerrilheiros assassinados nos anos 70, Marighella, Lamarca, e tant@s outro@s (em especial, a do amigo Jose Luiz da Cunha), fotos do ditador Videla da Argentina, do famigerado Fleury, do terrível cabo Anselmo, livros com fotos dos desaparecidos políticos, velas acesas. E, na entrada, estava escrito: “Quem entra aqui perde todas as esperanças” - Vi isso, depois, no museu da Cidadela, da Resistência dos Maquis, em Besançon, França e, depois, na Polônia, nos campos de concentração em Auschwitz e Dachau. E, além disso, fotos do Tiradentes esquartejado. A sala ficava no local de fazer churrasco, possuía quatro fornos acesos e, na porta, espetos faziam-se grades de segurança, impedindo que as pessoas entrassem facilmente. Suas paredes estavam manchadas com tinta vermelha, deixando ver, estampadas, mãos de mortos que por lá passaram. Enfim, era a própria imagem do DOI-CODI.

Com base na concepção de tempo de Walter Benjamin, isso tudo era apenas um instrumento pedagógico de aprendizagem da nossa história. Mas, para mim, tinha muitos sentidos, conscientes ou não.

Depois da cirurgia, pensei: estava fazendo terapia comigo mesmo, um tipo de catarse, tentando expulsar as forças demoníacas que me foram despertadas, quando torturado. A tal 'besta fera' que falei acima. Fiz duas vezes esse túnel. Era a filosofia de Walter Benjamin: "resgatar as possibilidades não realizadas no passado", a cultura e seus momentos de barbárie. Esses cursos foram em 98. No INCA, nos anos de 91/92, eu tinha experimentado essa ideia do túnel do tempo, mas sem a catarse.

Desta vez, fui eu que passei para o papel de matador de cangaceiro. Em abril de 1999, tive os primeiros sintomas e passei a fazer exames, tal qual Antônio das Mortes em busca de seu cangaceiro Corisco. Horas antes da cirurgia, os médicos pensavam ser um problema de apendicite supurada. Abrindo-me, encontraram um tumor encurralado pelo próprio organismo, já necrosado, pela falta de sangue e ar, demonstrando, com isso, o perigo iminente de infeccionar todo meu corpo. Morria, mas queria levar todos com ele, um verdadeiro kamikaze. Como os guerrilheiros, não era malvado, apenas queria resolver um problema estrutural em mim. Afinal, a biopsia mostrou que não era maligno. Tomou o disfarce, no popular, de um "nó nas tripas", doença de bebê. O médico disse-me que era doença de latifundiário e, também, muito rara em adulto.

Assim, um socialista com doença infantil ('esquerdismo', como atestou o Dr. Lenine), e, de latifundiário (pantagruélico', diria o Dr. Benjamin).

Aqueles dias no hospital (cercado de música, poesia de Bandeira, Cabral, Drummond, Borges, Ascenso Ferreira e de alguns livros – lembro que reli rapidamente a "Miséria da Teoria", de Thompson) levou-me a muita reflexão. Minha mãe tinha falecido em 26 de janeiro de 99, após um processo longo e muito sofrido. Parece que, nessas situações extremas, fazemos um balanço da vida. Os amigos da Unicamp, historiadores thompsonianos, tinham publicado um livro e me dedicaram: "Para Claudio Nascimento, exemplo vivo de engajamento político e responsabilidade intelectual". Foi nesse tempo que Alexandre Fortes visitou-me no hospital, dizendo que teria uma surpresa para mim. Ao receber o livro, fiquei impressionado com a dedicatória: poderia não ser mais "exemplo vivo", mas, *in memoriam!* Saravá!

(Para lembrar de não me esquecer: no hospital, o pessoal da enfermagem confundiu-me com o famoso escritor Paulo Coelho...). Quase chamam a Imprensa! Logo, precisava escrever algo.

Por que “guerrilheiro”? Por que “fogueteiro”? A segunda pergunta já esclareci; para responder à primeira, voltemos no tempo.

“A feira de Caruaru
“Tem de tudo pra se vender...”.

O dia de meu nascimento foi 01 de outubro de 1950, no Brejo da Madre de Deus, região ‘Brejo’ de Pernambuco. Ano fatídico, pois o Brasil perdeu a Copa do Mundo em pleno Maracanã, para o Uruguai, mesmo tendo os gênios como Ademir e Zizinho. Um ano antes, houve a Revolução Chinesa, com Mao TSE Tung; nove anos depois, seria a vez da Revolução Cubana, com a figura de Che Guevara. E, somente oito anos mais depois, o Brasil seria, pela 1ª, vez campeão do mundo, na Suécia, com Pelé, Garrincha, Didi e outros. E, quando eu fosse um menino de quatro anos, Getúlio Vargas se suicidaria, pressionado pelo Imperialismo norte-americano. Mais cinco anos e Juscelino seria eleito presidente, com Jango de vice. O Brasil era acelerado, as contradições e luta de classes estavam se aprofundando.

De 1950-1960, foram 10 anos plenos de mutações, mais que revoluções!

Anos 60, em Caruaru, no agreste: a feira, com todas suas riquezas e misérias. Os camponeses que vinham vender seus produtos; os artesãos dos bonequinhos de bairro de Vitalino, os violeiros com seus versos de improviso, a música de Luiz Gonzaga, os tocadores de pífano... Na culinária, pratos locais: coalhada, carne de sol, mão de vaca, sarapatel, feijão de corda, manteiga de garrafa, queijo assado, tanajura, geladinha ou raspada (morango com coco), caldo de cana, rolete de cana, beira-seca etc.

Na música: o xango de dona Cô, vizinho a nossa casa, com seu batuque africano; na zona, meretrício, nos fundos da casa da Rua Almirante Barroso, a mais alta patente militar das ruas da cidade, as músicas de Nelson Gonçalves,

Caubi Peixoto, Ângela Maria, Anísio Silva e outros desse tempo. Toda uma “estrutura de sentimentos” formando-se com a mistura da cultura popular, o folclore e a indignação. Sem dúvidas, mais fortes que quaisquer textos que li depois.

No futebol, o marco foi copa de 58 com Pelé, Didi, Garrincha e outros, mas também havia, ao nosso alcance o futebol de botões. Do nosso time de futebol da Rua Rui Barbosa, o Rui Barbosa Futebol Clube eu era treinador, dono da bola, meio campo, empresário, treinador físico e tesoureiro. Mas era muito bom jogador , um dos 5 melhores das várzeas de Caruaru.

Tinha uma coleção da “Revista de esportes”, e cerca de 100 times de botão, uma grande parte de tampinhas de bebidas, mas também os preciosos botões de chifre, vidro, galalite, todos torneados. Fui, uma vez, campeão do bairro. Sabia de cor os nomes das escalações de muitos clubes e seleções do Brasil e da Europa. Jogava de meio-campo e jogava muito. Até 1966, futebol era-me um sonho, jogava de manhã, à tarde e à noite nas várzeas. Meu time era o Central de Caruaru: não perdia nem exercício físico do time e nenhum treino, ia a todos os jogos. E ia também à missa dos capuchinos, na Rua Bahia, todos os domingos pela manhã. Com isso, tinha garantido o dinheiro do jogo, à tarde, por meu pai. Em 64, chegamos a primeiro lugar, junto com o Náutico de Recife, mas, nas semifinais, levamos a derrota de 4 a 1, em pleno estádio Pedro Vitor de Albuquerque. Grande time aquele: Dudinha, Zé Carlos, que jogou no Botafogo de Ribeirão Preto. Vi, depois, o taípe do jogo com os Santos em que Pele, marcado por Zé Carlos, fez oito gols. E lá estavam Juscelio, Nenzinho, Edmilson, Guilherme e Vadinho, que jogou nos Santos, com Pelé; Esquerdinha - o driblador - e Nido, Pissica, Da Cunha, Gerson, Toinho, Mazinho e o terrível lateral direito Adolfo, quebrador de atacantes- certa vez, marcou um gol e quase enlouqueceu de alegria, por isso; o Náutico com Salomão, Ivan, Bitá, Nado, China, Lala, Valdemar, no gol, Gena, Clovis. Um dia, um grande jogo em Caruaru: Central x Olaria, do Rio. Nesse dia, não lembro a razão do porquê, mas, de castigo, não ganhei o dinheiro e perdi esse grande clássico; afinal, era um time do Rio e foi uma grande decepção.

Na Rui Barbosa, jogávamos na rua ou num descampado do outro lado; na verdade, um terreno baldio, ladeiroso de um dos lados. Ali, passávamos todo o dia jogando. No final, o time que perdia pagava caldo de cana com pão doce para o vitorioso.

Em 1966 troquei o futebol pela política. Não mais Pelé, e sim o Che. A Copa de 66 foi um fracasso do Brasil e isso me ajudou na mutação. Cadê Pelé? Agora o grande é Euzébio! Eu era fanático pelos Santos FC; anotava, num caderno, todos os resultados, sobretudo os gols do rei Pelé. Infelizmente, não tinha ainda o vídeo, apenas o rádio. Em 66, em New York, o Santos deu um show e se vingava no Benfica; o time fez seis gols e Pelé jogou muito. Ainda no Brejo, escutava as grandes partidas entre Santos x Botafogo. Nos anos 60, ouvia nomes consagrados, como Gilmar, Zito, Dorval, Pele, Coutinho, Pepe, Lima versus Manga, Nilton Santos, Rildo, Didi, Garrincha, Quarentinha, Amarildo, Zagalo. Quando em 1970, fui ao Maracanã ver Santos X Flamengo, decepcionei-me, pois o jogo que ora via, não tinha nada a ver com o que eu ouvia no rádio. A imaginação estava muito à frente da realidade. Pelé sem aquela performance de sempre, estava em final de carreira, estava se aposentando. Foi Edu que fez o gol do jogo.

Na Copa de 70, a da conquista do Tricampeonato, houve o drama das esquerdas: torcer ou não pelo Brasil?

O técnico João Saldanha já tinha sido expulso da seleção pelo ditador Médici. Saldanha com suas 'feras' tinha classificado, com sucesso, o País nas eliminatórias. Era uma figura histórica do "Partidão". No dia da estreia, Brasil 4 x 1 Tchecoslováquia (em 1968, o recém fundado PCBR tinha tirado uma nota contra a invasão russa para liquidar a Primavera de Praga). Da Rua da Matriz, onde estava com Leonor, pude ver o belíssimo gol de Pelé; corri para casa para ver o resto do jogo. Os sentimentos construídos, na vivência das peladas na várzea, foram mais fortes que as ideias socialistas.

No jogo final, Brasil 4 x1 Itália, suspendemos reunião com o responsável do BR na cidade, para vermos o jogo. Aliás, toda a esquerda caruaruense fez o mesmo. Todo mundo em frente à TV, na casa do simpatizante Renato, professor

local de Biologia. Nesse momento, um possível 'arrastão' da polícia prenderia toda a esquerda da princesinha do Agreste.

Nos anos 50, a vivência no sítio de meu pai; o campo, a amizade com os filhos dos camponeses. Vivia com um camisolão, tal qual Macunaíma, com cabelos longos, uma pequena faca na cintura para comer frutas; caçando passarinhos com baliadeira, tomando banho nos rios; correndo atrás dos carneiros, andando a cavalo, brincando com Jupí, um cachorro; andava sempre com o grupo, a garotada vizinha; o roçado de mamonas que minhas tias me davam para plantar e ter o lucro com a venda do produto na feira; o jogo do bicho de seu Laurindo, onde ganhei um cruzeiro, no 17, macaco; levar os cavalos para banho no rio, tanger o gado; as histórias de Trancoso à noite ,sobre a caipora, histórias de Pedro Malazartes, Canção de fogo. E nas noites à beira do fogão, comendo milho assado e ouvindo essas histórias, contadas pela Tia Fina, professora dos camponeses locais; assistir às aulas dessa minha tia, alfabetizando os camponeses. E os casamentos matutos, as danças: "rala bucho", arrasta-pés, quadrilhas no São João, os forrós...

Vivi muitos anos neste sítio. Somente voltei para a cidade, porque minha avó Zuza , Josefa, estava doente; foi muito difícil esta passagem do campo para cidade. Várias pessoas nos levaram: minha avó montada num cavalo, com silhão; eu a pé, de quando em quando voltava correndo para o sítio e os homens me pegavam. Pior quando cheguei ao Brejo, pois era carnaval; primeiro, cortar os longos cabelos, que eu usava, na máquina do salão de seu Basílio. Experimentei um primeiro choque, não só espiritual, mas também físico, porque a máquina, ao cortar os cabelos, beliscava-me muito. À noite, ir ao baile de fantasias no clube, muitas máscaras, frevo, outras músicas, lança-perfume - uma loucura para mim - desde aquele dia detestei o carnaval. Somente, depois, no Rio, passaria a admirar os sambas e os desfiles.

A vida era farta de frutas do sítio: manga, sapoti, figo, goiaba, caju, cajá, oiti, pinha, jaca, jabuticaba, ingá etc.; das comidas indígenas, saboreávamos pratos, sobretudo de milho, moído no moinho de pedra; Na casa de farinha: tapioca, beiju, pamonha, canjica. Disso tudo era feito o sítio que ficava no Amaro,

na região do Brejo. Assim como o nome da cidade natal, onde fiquei até 1960 (Brejo quer dizer Oasis , no meio do deserto). Era um vale com muita água e a capital das frutas. “Frutas do brejo” gritava o vendedor, em seus pregões, nas feiras de Recife.

No Brejo Madre de Deus, ouvia as histórias de cangaceiros, Lampião, Zé Arruda; e havia os forrós, as quadrilhas, o samba de roda, o coco, o maxixe e tantas danças e folguedos populares; e havia também os circos e os ciganos.

O matador de cangaceiro, pistoleiro de uma das duas oligarquias locais, com nome de Cafinfin, um índio portador de pistolas e peixeiras. Uma “*avant première*”, na vida real, dos filmes de Glauber Rocha. As disputas dos coronéis locais: Abílio do Brejo e Epaminondas de Fazenda Nova. O pequeno cinema Carlos Gomes, com faroestes, filmes de amor, de guerra e policiais – assim era a nossa pobre classificação dos filmes: detestávamos os de amor e os musicais. Adorávamos os faroestes e as séries de todas as semanas: Naioka, Zorro, Dom Chicote, Flecha Ligeira, Flash Gordon, Fantasma. Havia também os gibis, onde realmente aprendi a ler, sempre o faroeste; capricho e outras revistas de histórias de amor, compradas por uma prima, Dazinha, o Cordel, os desafios, as cantorias.

Num certo ano, à noite, houve uma explosão da usina de energia elétrica. Por causa disso, ficamos um ano inteiro à base de lamparinas, funcionando com álcool. À noite, muitas pessoas reuniam-se na loja de tecidos de seu Zizi, meu pai, para escutar a tragédia do açude Orós, no Ceará e para contar outras histórias, como de caçadas e de costumes locais.

As crianças brincavam na rua de bandido, índio e artista, danças de roda, do anel, de esconder ou pegar frutas, sobretudo, mangas e tâmaras no imenso pomar da antiga casa de fazenda, no centro da cidade. Ali, também, estavam umas palmeirinhas, que alguém trouxera de Israel há muito tempo. Com elas, vieram juntos pés de tâmaras de dois tipos: a vermelha e a amarela. No roçado que meu pai arrendou, havia tâmaras vermelhas. Também nos servíamos de cajás e castanholas.

O domingo era o dia de jogo do time local com algum time das vizinhanças. Meu primo Zé de Lília (minha tia), era zagueiro. Com Zé, Motorista de carga

pesada e ônibus, aprendi as músicas de Nelson Gonçalves, lá no Sítio Amaro. esse primo era namorado e tinha mulher nas cidades onde passava no seu caminhão. Mas, tinha esposa e filho no Brejo. No final da vida se apaixonou por um rapaz da cidade, chamado Jesus, foi um escândalo. Faleceu em 2014, do coração. Era um homem do povo. Quando chegava de viagem e ia para uma pensão popular em Recife, devido ao calor, molhava o lençol e se cobria. Nunca teve nem gripe. Pela manhã, nos contava que, quando estava sem fome, pedia a dona da pensão uns 10 ovos estrelados, mais cuscuz, tapioca, pão e café.

Estudei em várias escolas, inclusive, tive professora particular: Zarinha, Luci e Dona Maria. Anos depois, algumas foram minhas alunas de matemática no Ginásio, em 1968. A escola de tia Dulce, onde aprendíamos mesmo tudo; tinha uma palmatória: Ela tomava a lição de matemática, cobrando de forma de dois a dois, quem errasse levava “bolo” do outro. Anos depois, isto me lembrou o que faziam no DOI, um preso torturar o outro na acareação, com choques elétricos. O saudoso amigo Zé Ibrahim me contou o que fizeram com Ele e outro companheiro da VPR em 1969.

No grupo escolar José Cordeiro Falcão, entrei já tarde, para acompanhar meu irmão Clóvis, que tinha dois anos a menos que eu; dessa forma, entrei com nove e ele com sete. Devido aos meus estudos particulares, já sabia quase tudo. Juntei-me a Sostenes, um mulato que vivia com as tias, filho de ricos de Caruaru e muito levado; tinha com ele uma trupe. Juntos fazíamos o diabo na escola. Clóvis perdeu um ano e fiquei sozinho na minha classe.

Uma das tias de Sostenes tinha sido namorada de meu pai (diziam que era um boêmio, quando jovem), e por isso, sem nada saber, quando ia com meu pai, “seu Zizi”, de Caruaru pro Brejo, minha mãe ficava braba. Levei muitos “cascudos” dela devido a essa amizade. Contavam que seu Zizi, juntamente, com o Monsenhor Florentino, seu primo, estudaram juntos no Seminário. Por vício em carteadado, meu pai fora expulso, ao ser pego pulando o muro do Seminário, após perder a batina em um jogo.

Luiz Gonzaga tem um lugar especial no coração e na minha mente. Naquele show, o famoso Seis e Meia, teatro João Caetano no Rio de Janeiro,

em 1977, Gonzaga e Inezita Barroso, lavei a minha alma com um choro silencioso, copioso, quando ouvi a significativa música Asa Branca, hino do Nordeste, lá em cima no último espaço do teatro. Pudera, “Saudade que doía que nem jiló”! Eram sete anos sem poder voltar a Pernambuco, sete anos sem ver a família.

Vi ainda Gonzagão em Paris em 1982. Com o amigo Luizão, Luís Cardoso, membro da greve de Osasco em 1968 e exilado em Paris. Faltou-me coragem para entrar e ver o show; fiquei na porta e fomos para outro lugar. Um rendez-vous manqué; teria fechado o ciclo.

Quando Lua morreu, em agosto 1989, eu estava em visita à Polônia para visitar o Solidarnosc. Quando passei na volta por Paris, na casa de Henryane Chaponai, encontrei vários recortes de jornais, que Gládis havia me enviado, com a notícia de que Luiz Gonzaga tinha falecido.

Nos anos 50, Gonzaga ia sempre ao Brejo, nas férias, para casa de Zé Dantas, seu compositor, filho do farmacêutico local, Luiz Dantas. Certo ano, o poder local proibiu o show de Gonzaga na sede do Mercado de farinha, por motivos políticos. Armaram um caminhão na praça central, apelidada de a “bola”. Na carroceria, estava o trio, Gonzaga, a zabumba e o triângulo. Toda a cidade foi para praça ouvir o rei do sertão. Lá estive também, vi e ouvi. Nos anos 60, na rádio difusora de Caruaru, no show do conjunto de Azulão, outra vez, vi e ouvi Gonzagão. Assim, faltou-me o show em Paris.

Toda essa vivência foi fundamental para aguentar o que vinha pela frente. Então, vamos sair dessas coisas doces e mergulhar no clima do final dos anos 60. Agora vem a coisa braba, acabou o que era doce.

Começa com o Golpe cívico-militar em 1º Abril de 1964. Já em 1962 saímos do Brejo indo para cidade de Bezerros e, em 1962, fomos para Caruaru, a Princesinha do Agreste. No Colégio Estadual de Caruaru, eu cursava o ginásio. Houve manifestações após o golpe e agitações nos meios estudantis em todo o país.

Tinha feito meus 15 anos. Foram quinze anos em que mergulhei em muitas leituras e várias crises conjuntas. Comecei a pensar na morte ! Uma crise sexual levou-me a ler o livro "O Deus Nu", de Howard Fast (na verdade este Deus era

Stalin). Li-o nas férias de 1965; era um elogio ao Bolchevismo de Lênin, diferente de Stalin. Comecei a me adentrar nas revoluções.

A biblioteca do conservador, famoso advogado Doutor Heleno Torres, pai do amigo e colega Paulo, era repleta de obras marxistas e postas à minha disposição. Também postas à minha disposição, na Biblioteca Municipal, estavam as obras de Tolstoi, Dostoievski, Kafka, Freud etc.

Em 1964, em casa, meu pai ouvia o rádio, notícias sobre a deposição do Governador de Goiás, Mauro Borges e tecia comentários com meu avô e outros parentes sobre o golpe militar. Contatos com estudantes do colegial. Alguns da AP, outros da Corrente Revolucionária. Não sei por que, estes últimos me atraíram. Talvez, por Jovenildo Pinheiro ser estudante e ler muito, como eu. Circunstâncias da vida. Em 1968, houve muitos debates e agitações na cidade. Nem tivemos o dia “sete de setembro” do colégio. Isso significou tremenda desonra para o diretor, ligado aos militares. Muita briga com a TFP, em frente à Catedral na Rua da Matriz. Expulsamos do colégio o professor de religião e boicotamos os ensaios para marchar nos Sete de Setembro. Alguns puseram bombas nos banheiros do colégio estadual.

Alimentávamos uma paixão pelos Beatles e Guevara. Estávamos em outro tempo, víamos nova maneira de vestir, o uso de cabelos longos, o retrato de Che em cima da TV, substituindo o do meu pai, que ficou furioso com esta subversão. E havia música erudita. Textos de Che, Fidel, Mao, Lenin, Trotski e Debray. E, depois, a Morte do Che.

Enfim, em abril de 1968, em Niterói, houve a fundação do PCBR, tendo à frente Apolonio de Carvalho, Jacob Gorender (viria a conhecê-los depois no Rio e em São Paulo) e Mario Alves (assassinado já em 1970). Em 1969, havia a militância na organização, contatos externos à cidade com pessoal do “Esquema Rural”. Esses moravam na Zona da Mata, eram profissionais clandestinos. Houve muitas conversas com pessoas para convencê-las da nossa proposta e aliciá-las, ações de agitação e panfletagem. Um revólver que deixava escondido perto de Gravatá ; e molotov que usava em caso da polícia aparecer .

Em 1970, após a Copa do Mundo, veio a campanha do voto nulo, pela FREP (“voto nulo é tapeação, luta armada é a solução”). Às vezes, penso que a memória da luta armada fica muito restrita às ações de impacto, ou seja, estritamente armadas. Quantas reuniões, pontos, viagens, panfletagens, contatos etc. Luiz Alves Neto, meu responsável, me advertia, criticando os golpes de impacto, com grande espaço na mídia, falava da importância do trabalho cotidiano para convencer as pessoas. Muitos trabalhavam nisso: o camponês Ernesto, que vendia colchões na feira de Caruaru, o químico Sebastião, o teatrólogo Medeiros, entre tantos. E surgiu a ideia de viajar a Patos em busca de um companheiro, fugido do sul, que esteve em Cuba e conheceu o Che. Sem dúvida, era o Claudio Ribeiro ou José Adeildo Ramos, ex-marinheiros. Não fiz essa viagem. O aperreio de Luiz Alves, porque os camponeses não admitiam matar gado para sabotar a cana de açúcar; sabotar caminhões, matar pistoleiro-jagunço, qualquer coisa, menos matar o gado, criado por Deus e que não tinha culpa daquela guerra. A solução foi pôr uma dose de injeção com limão na cana; envenenava toneladas quando moída.

Em Caruaru, vivia o “dedo-duro” Josafa, conhecido, mas que ficava protegido, pois qualquer sucedido com ele, a repressão se vingaria nos presos em Recife. Seguiu-me várias vezes, estava desconfiado. Certa vez, estava na Rodoviária esperando Luiz Alves (soube muito depois que morava em Gravata) e apareceu Josafa. Mas, já tinha combinado com Luiz Alves que, se houvesse algum problema, deixaria cair minha caneta; não nos falaríamos e, depois nos encontraríamos em outro lugar. Desta vez, disse a Josafa que ia a Gravata, onde eu lecionava matemática no curso Científico (primeiro e segundo anos), por falta de professores. A física quântica era o meu forte, estudava em livros bem à frente do terceiro científico, que estava cursando em 1970. Estudava também livros do físico soviético Landau, juntamente com filosofia, a "Dialética da Natureza", de Engels; o livro sobre o materialismo dialético, de Fataliev; o livro do alemão Haveman, “Dialética sem Dogma” e outros.

Luiz Alves estava sempre vestido como camponês, com um chapéu típico. As vezes estava acompanhado de sua companheira, Anatalia Alves. Certa vez,

uma professora colega de minha namorada Leonor, disse-lhe que tinha me visto em companhia de uma pessoa muito esquisita. Luís vivia na Zona da Mata, em contato com pessoas do campo. Caiu em 1972, denunciado por um companheiro e somente saiu da prisão com a anistia, em 1979. Sua companheira, Anatália Alves foi assassinada no DOI-CODI, em Recife. Em Caruaru, com o então padre Pedro Aguiar; tínhamos conseguido, no hospital São Sebastião, um curso de enfermagem para Anatália, então “Tânia”.

O namoro com Leonor começou quando íamos juntos ao Brejo, para dar aulas noturnas no Colégio local; ela lecionava Português, eu matemática. Começamos em 1968 e em 1969 saímos “expulsos” do Colégio. Da minha turma de 36 alunos, 16 ficaram para segunda época, o que lhes tirava da festa da formatura. O problema é que eram extamente os filhos dos ricos da cidade e muitos paraninfos estavam convidados, gente como coronel Costa Cavalcanti, Marco Maciel. Houve muita pressão e ameaças. Como não podia ter problemas desse tipo, devido à militância, passei todos e coloquei nota sete, em vermelho.

Em Novembro de 1970, houve muitas prisões na cidade. Foi um ‘arrastão’ com milhares de prisões em todo o País. Fiquei de fora desse arrastão. Tive vida muito cuidadosa. Mas me avisavam da prisão que todos perguntavam por mim. No mês anterior, tinha caído um volante do BR, que tinha aberto a situação do BR em Caruaru, mas não sabia meu nome; apenas que era o único contato da direção regional na cidade. Luiz Alves disse que, indo para clandestinidade, uma opção, eu teria uns seis meses antes de ser preso. Era a média aritmética. Eu teria duas opções: sair do Estado ou procurar um trabalho na clandestinidade. Conversando com o meu responsável, decidi ir para o Rio de Janeiro, onde Leonor tinha parentes e, lá, retomar a vida e o trabalho na Organização.

Escondi-me por uma semana, voltando de madrugada em casa para me despedir. Meu pai queria que fôssemos, no outro dia, ao Tiro de Guerra, local do Exército, para esclarecer a situação. Soube, depois, que minha mãe ficou durante quinze dias ouvindo alguém bater na porta, à noite, achando que eu voltara, mas era apenas ilusão. Era muito difícil para a família, pois de nada sabiam. Um vizinho, ex-sargento, espírita, com quem conversava muito sobre religião, tinha um

táxi e levou-me para Garanhuns, onde dias depois encontrei Leonor. Ficamos uns dias num sítio de amigos, em Bom Conselho, daí para Palmeira dos Índios (Alagoas), para pegar um ônibus para o Rio. Na saída, o ônibus quebrou e foi substituído por outro; esse tinha uma cadeira a menos: a minha. Assim, tive que viajar sem assento. Ora sentando na cadeira da minha esposa, ora de algum passageiro. Quando chegávamos num posto da polícia rodoviária, escondíamos no banheiro, a pedido do motorista. Enfim, chegamos a São Cristóvão, onde descemos para evitar ir até a Rodoviária do Rio. De táxi fomos para Itaguaí, numa propriedade de uma cunhada, irmã de Leonor. Na verdade, não era bem em Itaguaí, mas no caminho da antiga rodovia Rio-Santos, um local chamado de Piranema.

Tínhamos nos casado no dia 14 de outubro de 1970; escondidos da família, pela situação. O casamento foi celebrado pelo padre Pedro Aguiar, primo de Leonor e companheiro de luta. Fomos para lua de mel em Gravata, na pensão em que me hospedava quando ia dar aula no colégio local. A lua de mel foi em um hotel em Palmeiras dos Índios. Pois, naquela noite em Gravata, por Leonor não poder tomar pílulas, ficamos, paradoxalmente, lendo a “Filosofia da Práxis”, livro de Adolfo Sanchez Vazques. Coisas dos anos 1970.

Enfim, chegamos a ‘Cidade Maravilhosa’ !

Chegamos ao Rio em 13 de Novembro e tivemos uma péssima surpresa. O sobrinho predileto de minha esposa, fuzileiro naval, pertencente ao grupo de busca a subversivos, passou a me provocar constantemente. Ele é um indivíduo, ligado ao Deops, dedo-duro na Universidade Rural do km-42, noivo de uma sobrinha de Leonor, que tinha morado em Caruaru quando tinha ideias de esquerda .

E foi isso que nos levou a procurá-la. Portanto, um quadro muito ruim. Esse fuzileiro vivia a me provocar. Uma vez, jogou sua Volks em cima de mim somente para me assustar.

Certo dia chegou Nilton, o fuzileiro naval, e disse-nos que prenderam parentes na nossa cidade, Brejo Madre Deus. Na verdade, tinha havido a grande queda do BR, em início de 1971. Aliás, a cada ano, havia uma grande queda. No

final de 1972, caíram Luiz Alves, sua esposa e outros militantes da área rural. Naquele ano, foram presos Jovenildo, João Florencio e outros amigos de Caruaru e Recife. Em início de 1971, tivemos que sair do sítio da cunhada e perambulamos atrás de um lugar, com ajuda de um primo que era motorista de táxi. Na casa de um ex-sargento, conterrâneo, não pudemos ficar, pois ele tinha medo da situação que eu provocava. Outro conterrâneo, cassado por corrupção, morava em Itaguaí, era prefeito, não era uma boa opção. Fomos encontrar guarida em Guadalupe, na casa de um pedreiro, amigo de meu pai – tinham sido colegas de escola no Brejo. Ele morava com a esposa e dois filhos; era brizolista roxo. Chamava-se ‘seu’ Fausto. Sonhava com a volta de Brizola, para ‘acabar com os milicos’. Ali, ficamos um mês, o que me permitiu ir para o Rio buscar contatos.

Vimos em Jornal que Luiz Mendonça dirigia uma peça no teatro do Largo da Carioca, era “Morte e Vida Severina”. Mendonça com sua esposa Ilva Nino eram pessoas muito humanas, ajudavam todos nordestinos que por lá chegavam fugindo da repressão ou em busca de trabalho na área artística. Lá já haviam morado até José Wilker e Carlos Vereza. Assim, terminamos morando em seu apartamento, com o casal e o pequeno Luis Carlos Nino, na Rua Ladeira da Glória.

Por ideia da CNBB, fomos ver os padres da igreja do Catumbi (Mario Prigol Moretti e Agostinho Preto) que tinham sido presos e que ajudavam pessoas na nossa situação. Através deles, conhecemos o padre de Pernambuco José Sotero Caio, que nos ajudou no que foi possível.

Certa vez, Leonor foi ver Dom Eugenio Sales para falar-lhe da nossa situação. Dom Eugênio escutou e fez apenas uma pergunta: qual era sua organização? AP, respondeu-lhe. Ele disse-lhe, então, que era terrorista! Ela saiu profundamente irritada e decepcionada.

Em maio de 1973, no Rio de Janeiro, levaram-me de camburão, do DOI-CODI na Rua Barão de Mesquita para o DEOPS na Rua da Relação. Lá estavam alguns policiais e três presos políticos, dois homens e uma mulher. Horas antes, estava numa das salas do DOI/CODI sendo interrogado por um dos “doutores” e outro policial-torturador. Após um breve desmaio, chegou um médico,

possivelmente o Dr. Amílcar Lobo - reconheci pelas fotos que vi muitos anos depois, na imprensa. Disse que não era nada grave e que poderiam continuar o serviço, como já o fizera numa das primeiras sessões dias antes. Disse que poderiam dar mais umas “30 voltas” com a ‘maricota’, “Ele vai aguentar”!. Nunca entendi esse número, 30. Eu estava com um supercílio aberto e sangrando.

No Deops, fomos separados da mulher que tinha vindo do hospital militar e que, só naquele momento no camburão, soube que seu marido, Claudio, não tinha sido fuzilado como lhe tinham dito no hospital. Não nos deixaram aproximar um do outro. Tínhamos entrado no camburão com capuzes. Falei algo para Leonor me ouvir. E pela minha voz, ela soube que estava vivo. Ela teve uma reação muito estranha, nada disse, apenas um suspiro.

Aliás, uma sobrinha cheia de coragem foi nos procurar no I Exército, falou com o General Fiuza de Castro. O General disse a ela que a tia que buscava estava louca e que eu – seu tio – era um terrorista. E acrescentou: mulher que dorme com terrorista, também é terrorista.

Ficamos eu e o outro preso, o prof. Jacques Alvarenga Moreira, historiador de linha althusseriana, como muitos outros intelectuais ligados à revista “Prismas”, da RAN. Por exemplo, Carlos Henrique Escobar, Cid Silveira e outros.

Na Rua da Relação, devido a um problema em relação às salas, fiquei com Jacques uns 40 minutos, esperando que fôssemos fichados e enviados para um corredor, em salas isoladas, perto do “Maracanã”, cela famosa no local. Ele, então, timidamente puxou conversa; não aparentava ter saído do inferno, onde estive na Rua Barão de Mesquita. Estava apenas com a barba por fazer, mas gordo, forte. Eu, ainda estava com o supercílio sangrando. Ele falou de filosofia, política, Max Weber, Marx, do que ensinava; perguntava-me o que eu fazia, por que fui preso, qual organização etc. Desconfiado com aquele papo, pensei que fosse um informante dos milicos, buscando informações. Quando nos entendemos sobre várias questões, desfizeram-se as suspeitas de minha parte, Jacques me contou a sua história, o lado trágico, isto é, a questão ligada à prisão de um dirigente da ALN: Merival Araújo.

Merival Araújo tinha sido aluno no cursinho do professor Jacques, onde ensinava história; tinha sumido por uns tempos e, quando voltou, falou da viagem que fez a Cuba e da ALN. Jacques passou a colaborar com dinheiro e outras formas de apoio.

Certo dia, Merival lhe pediu para guardar uma arma, um revólver quebrado, que depois o pediria de volta. Jacques o fez. Neste entretempo, foi preso junto com a queda dos dirigentes e militantes da RAN. Em uma semana, quase toda a organização caiu, após a prisão de Amadeu Rocha e outros. A repressão encontrou a arma em sua casa; torturado, Jacques terminou falando de Merival (disse-me que foi ameaçado de castração). A repressão armou um grande esquema para apanhar o dirigente da ALN em um ponto com Jacques. Este me disse que Merival lhe telefonou e que lhe passou a senha combinada para avisar que a barra estava suja. Merival não deu atenção e, mesmo assim, foi em direção ao seu apartamento, onde Jacques estava com a polícia e seus familiares (sua mãe foi ameaçada com a possibilidade de tomar choques elétricos). Em plena rua, o esquema do DOI-CODI se mobilizou e apanhou Merival, que, neste momento, já foi tratado de forma bárbara, pré-anunciando que seria morto. A repressão estava enfurecida com o justicamento do delegado de Fleury, conhecido por Otavinho, na praia de Copacabana por um comando revolucionário nomeado "Getúlio Cabral", nome de um dirigente do PCBR assassinado em 1972.

Em fevereiro de 1973, eu estava numa geladeira, no DOI-CODI, na parte externa e, na interna, estava Ana Arruda Calado, sendo interrogada pelos torturadores; perguntam-lhe sobre a RAN. Havia também outra Ana, esposa de Júlio Rosa, militante do GTA da organização. Em certo momento, ouvi comemorarem a prisão do dirigente da ALN. Um policial escutou no rádio um jogo do Fluminense x São Cristóvão em que o time carioca ganhou de 1 a 0 com o gol de Gerson. A repressão buscava incessantemente o comando que justicou o delegado da repressão, entre eles, dois ou três do BR. Confundiram-me com um militante do BR, chamado "Otavio", também fugido de PE, em 1971 ou 1972.

No dia seguinte ao que fui posto em liberdade, no final de uma tarde, saiu no Jornal do Brasil a notícia no dia 08 de maio, com uma foto, da morte de

Merival, em tiroteio num aparelho da ALN, na Zona Norte do Rio. Isto, cerca de um mês da sua prisão. Encontrei Jacques no escritório de seu advogado, Dr. Mendonça, contíguo ao de Modesto Silveira, nosso advogado. Estava alegre e cheio de esperança, falando para minha companheira, muito abatida, que a vida continuava. Depois soube por Carvalho (ex-presos que encontrei no DEOPS, que era da Var Palmares e tinha sido solto, o mesmo que encontrei no Largo do Machado, com seu imenso bigode a Stalin), que Jacques tinha sido posto no "gelo", quando foi para a cela "Maracanã" e os outros presos souberam da morte e da história de Merival.

Quando saímos da prisão, fomos a CNBB e encontramos Modesto e pessoas da Comissão Justiça e Paz, e lhes falei do caso Merival. Documento obtido junto a ABIN, tendo como fonte o SNI, agência de São Paulo, e CIE do I Exército, RPI n. 06, com data de 15 de agosto de 73, tido como "Confidencial", na parte sobre a ALN, relata a morte de Merival:

Na Guanabara o DOI/CODI/ I Ex, quando da desarticulação da RAN, conseguiu prender o terrorista MERIVAL ARAUJO, militante da CR/ALN/GB, e que na 'cobertura de um ponto' travou-se um tiroteio entre militantes da ALN e elementos do DOI. O entrevero redundou na morte de MERIVAL e danos materiais por parte do DOI. (p.26)

Ficamos livres, mas, toda semana, tínhamos que ir ao Ministério da Guerra na praça perto da Central do Brasil. Na primeira ou segunda vez, assinamos o caderno, mas não pudemos sair; o soldado nos disse que um oficial queria conversar conosco. Nos corredores, éramos observados por vários oficiais. O oficial em questão era o major Euclides Chignall, responsável pelo processo do BR (entretanto, nos disse que era o da AP). Muita conversa sobre o Rio, os prédios imensos da Av. Getúlio Vargas, uma cidade imensa, estranha como a obra "O Castelo" de Kafka. Após, interrogatório de umas cinco horas seguidas: queira saber de muitos nomes do BR de PE. Citou 10 nomes distintos. Eu disse que não conheci tanta gente. Respondeu que eram de uma só pessoa. Pensei que fossem codinomes de Luís Alves Neto. Hoje, tenho certeza que era de Benevides, o "Bebeto". O major saiu. Nada disse. Vi nos papéis que portava muitos nomes de

Pernambuco. Ficamos um tempo longo ali, esperando o pior. Apareceu um sargento e disse que já deveríamos ter ido embora. Voltamos para casa da irmã de Dom Helder, em Botafogo. O Padre estava celebrando uma missa e contamos o sucedido; ofertou-nos a missa.

Quando chegamos ao Rio, comunicávamo-nos com nossas famílias através do Dom Ivo e Dom Aloisio Lorscheider. Enviavam cartas para Dom Helder e, em Recife, o padre Nivaldo as levava para meus pais. No dia da prisão, encontraram uma carta que tinha chegado ao nome de Dom Ivo. Dona Cecília Monteiro, secretária de Dom Aloisio, passava-nos as cartas vindas de Recife. A repressão ficou preocupada com esta relação, pois minha esposa tinha sido da AP, em Caruaru, e conhecia, entre outros militantes, Fernando Santa Cruz e Eduardo Coolier. De minha parte, queriam que assinasse um documento em que estava escrito que Dom Ivo e Dom Aloisio me davam dinheiro para comprar armas para ações armadas. Depois desistiram da ideia.

Após a ida ao Ministério da Guerra, fomos ver Modesto, que nos levou para conversar com Heleno Fragoso: achavam que a qualquer momento seríamos presos outra vez. A tentativa de ir para o Chile não tinha dado certo, caso contrário, teríamos chegado a julho ou agosto de 1973, às vésperas do golpe; como o amigo Jovenildo, que foi ao Chile, após ser solto em Recife. Por pouco, não foi direto para o famoso Estádio Nacional.

Numa noite, indo para meu trabalho na CTB, em Botafogo, percebi que estava sendo seguido. Para onde eu ia, sempre ficava atento: mudando de lados das ruas em que eu passava, sempre, olhando se, por acaso, tinha alguém me seguindo. Passei para o outro lado da rua e depois voltei passando perto da pessoa. Reconheci um dos captores do DOI-CODI, disfarçado com uma peruca, seguiu-me até a entrada do prédio da CTB. Na volta, falei para Leonor e ficamos mais preocupados.

No dia seguinte, um sábado, fui ao sebo São José, comprar a coleção de Monteiro Lobato para Tunga, nosso sobrinho. Na volta, percebi algo errado em casa. Saí rápido e encontrei Leonor ainda na Rua Candido Mendes, morávamos num prédio de esquina na Rua Hermenegildo de Barros. Soube que duas ou três

pessoas tocaram a campainha e que tinha reconhecido um dos homens do DOI-CODI. Como Leonor não atendeu, eles partiram depois de algum tempo.

Fomos à CNBB, na Praça da Glória. Ali ficamos, buscando saídas; estávamos sentados numa escada, sem vermos perspectivas para a situação. Por volta das 18 horas passou Dona Branca Moreira Alves; conversamos, expusemos nossa situação e ela nos levou para sua casa no parque Guinlei. Lá, ficamos durante uma semana, muito tranquilos, apesar do quadro. Foi um momento de muitas leituras, sobretudo de dois volumes autografados pelo autor para Dona Branca: “A Crítica da Razão Dialética”, em francês, de Sartre. Devido ao autógrafa, não ganhei esta obra. Dali fomos para uma clínica arrumada pela Comissão Justiça e Paz.

Assim, menos de um mês depois que encontramos Jacques, estávamos "internados" numa clínica psiquiátrica perto da Rocinha. Numa noite, no Jornal Nacional da Globo, foi anunciada a morte de Jacques por um comando da ALN, no seu local do cursinho.

A saída alternativa da clínica significava esperar por sermos presos novamente. Mas para isso, o DOI-CODI teria que assinar documentos para nos tirar de lá. Poderíamos ser outra vez torturados, mas a vida seria garantida. Mundo kafkiano! Nos domingos, dias de visitas abertas no jardim, tínhamos sempre dois homens, de óculos escuros, do DOI-CODI. O diretor da clínica era de Pernambuco e ligado ao PCB; o vice, por sua vez, teve sua casa assaltada por um comando da RAN e nos odiava. Fiquei num apartamento pago pela Comissão Justiça e Paz, junto com duas pessoas: um cantor de boates, travesti da Lapa, e um jovem, possivelmente, ligado à polícia, pois era drogado e saía quando queria da clínica. À noite, os enfermeiros vinham ver se ele trazia maconha; derrubavam a porta e nós ficávamos junto às paredes com as mãos para cima; enfim, parecia outro DOI-CODI. Os internos, todos loucos; um imitava toda manhã, o padre Cícero; outro falava como matavam as pessoas no Esquadrão da Morte; outro, chamado BBB – Bach, Beethoven, Brahms, era músico; outro, um piloto polonês, neurótico de guerra; alguns jovens hippies, rebeldes, drogados. Envolvi-me com este contexto, ficava revoltado e certa vez, numa rebelião no restaurante,

com outros internos, na hora do almoço, fizemos uma revolta, lançamos para o alto algumas bandejas de refeição. Fui chamado pelo diretor e o chamei de Hitler. A partir disso, passei a tomar um remédio chamado “sossega leão” (haloperidol).

Leonor estava no setor feminino, num quarto com uma morena muito bonita, chamada Patrícia; sobre ela diziam que tinha tentado suicídio e que era namorada do compositor Paulinho da Viola.

Foi nessas circunstâncias que soube da morte do professor de história. Inicialmente, muita raiva, pois não podia entender aquilo como um ato da ALN; depois, racionalizando, deduzi que teria sido a própria repressão para se livrar de uma testemunha incômoda. Jacques pagou caríssima aquela militância inicial na RAN.

Na cela do Deops, Jacques parecia uma criança, batendo com a cabeça na parede; subornava o vigia para comprar jornais e bolachas champanhe, pois o café local era horrível. Aliás, o vigia noturno era o único a se sentir solidário, pois ficava toda a noite numa mesinha que separava nossas celas, um corredor estreito com seis celas. Separando por uma porta de grades, do outro lado, estava o “Maracanã”, a grande cela onde ficavam os outros presos políticos, já condenados. Pois esse carcereiro, morador da zona norte, abria as celas e nos deixava conversar e mesmo virem alguns presos do “Maracanã” para o lado de cá.

Lá ficávamos esperando ser chamado, que poderia ser uma volta ao DOI-CODI. Uma noite, Carvalho disfarçou a voz e gritou meu nome, era sinal para volta ao tão tremendo lugar. Um susto e tanto, mas era uma brincadeira de mau gosto do companheiro da VAR. Na verdade, vinha nos trazer uma limonada.

No mês de junho de 1973, estando no pátio da clínica, tomando sol, vi em o Globo, nas mãos de um paciente, o retrato do amigo Luiz Jose da Cunha, o “Crioulo” da ALN, assassinado em São Paulo. Eu havia encontrado o "Nego" em 1971, no apartamento de Manuel Messias, (que tinha sido do PCB em Caruaru), onde fiquei um mês em busca de trabalho. De vez em quando, Luiz dormia no apartamento; ele punha a arma embaixo do travesseiro e conversávamos. Eu estava lendo, de Garaudy, "por um realismo sem fronteiras", sobre a obra de

Picasso. Luiz me perguntava sobre um livro que queria ler e que não achava nas livrarias, "Introdução a Semântica", de Adam Schaff.

Pôs-me em contato com a ALN, enquanto buscava contato no BR. Quando chegamos ao Rio, ainda em Piranema, busquei contatos na esquerda. Uma sobrinha falou com um militante que nos acolheria se entrássemos para um "grupo de fogo", em um apartamento em Copacabana, com outro casal. Era Paulo Tarso Celestino, da ALN. Tínhamos discordâncias políticas com a ALN, por isso não aceitamos a proposta, achávamos uma loucura.

Em 1971, trabalhava como "Apontador de Obras", na construção do Hospital Universitário do Fundão, na Ilha do Governador. Ali fazia panfletagem da ALN, nas paredes do canteiro. Era trabalho do "Setor de Massa". O Nego me dava material para colar nas paredes

Da obra. Com o slogan: "operário arme-se", com o símbolo da ALN. Todo dia, no almoço do grupo de operários da obra, um peão-provocador, chamado de "baiano", fazia radicais discursos contra a ditadura militar. Era 1971, governo Médici. Contudo, ninguém caía na provocação.

Tempos depois, Luiz passou-me o contato. Encontrei o companheiro na praia do Flamengo e usamos como senha uma revista da época. A situação era complicada, dizia-me que precisava checar dados com o BR em PE; contudo, veio me encontrar, pois o contato foi de Luiz, que era amigo de Messias, por sua vez, muito amigo, nos tempos do PCB, de Apolônio de Carvalho. Disse-me que deveria ter vindo me encontrar um dos companheiros do Nordeste, que estavam no Rio, mas não foi possível. Saímos rápido devido a área ser de embaixadas e consulados. Enquanto perambulávamos pelas ruas da Glória e Catete, falei dos contatos em Pernambuco, de "Zito" (Mario Miranda de Albuquerque), pois sabia seu nome, anunciado quando ele foi preso em Recife e de "Papa" (Jovenildo Pinheiro). Dos outros que conheci não sabia os nomes verdadeiros (Luís Alves, Benevides Sá e Fernando Sandália e Nanci Mangabeira, Anatália Alves). Aliás, durante muito tempo pensei que Luiz Alves fosse Adeildo.

Não sei por qual razão, confundi o nome de um militante preso em Pernambuco, com o de Gersino Saraiva "Rivelino", que militou em Pernambuco, mas que caiu no Rio. O companheiro me corrigiu.

Alguns jornais publicaram a prisão de Rivelino como tendo ocorrido em Recife. Por exemplo, manchete do Correio do Povo (RS) noticiava: "Terrorista preso em Recife faz advertência à juventude" (10 de junho de 1971). É possível que jornais do Rio o tenham feito e que eu tenha lido. Marcamos para nos encontrar num ponto próximo à Rua Santo Amaro, no Catete, pela manhã. O companheiro não compareceu. Voltei duas vezes, no mesmo horário nas duas semanas seguintes. Desse companheiro somente sabia, pelo que falou que não era do Nordeste. Todavia, por fotos, que vi anos depois, era Getúlio Cabral do quadro dirigente nacional.

Nessa situação, procurei Messias para saber se haviam ocorrido quedas; ela não tinha notícias sobre isso e se tivesse havido, ele teria conhecimento. Talvez, o fato de ter confundido o militante preso com o Gersino tenha feito o companheiro tomar mais precaução e ir à busca de informações. Esse fato me salvou a vida!

Foi quando, preso no DOI-CODI, eu soube que Gersino era "Rivelino", militante que usava um bigode ao modo do jogador corintiano; depois de preso, foi à TV, arrependido de sua militância. Rivelino tinha muitas ações armadas e, por isso, os militares o colocaram como contato meu em Pernambuco.

Nessa época, fiz teste para emprego no JB e fui aprovado. Comecei a trabalhar como aprendiz de gráfico no Jornal do Brasil, à noite. Foi difícil retomar o contato durante o dia.

Certa noite, um colega do JB disse que tinha uma foto minha no jornal, na edição que sairia no dia seguinte. Assustado, fui checar e, de fato, era parecido comigo, por isso, a brincadeira de Arimateia. Este era um mulato forte que me parecia ser do PCB. Encontrei-o varias vezes em livrarias comprando livros de esquerda. A foto em questão era de alguém muito parecido com o contato que o "Crioulo" me apresentou, da ALN, num certo dia, na Praça das Nações em São Cristóvão. Esse militante seria meu contato até achar alguém do BR.

Aquele desencontro com o companheiro do BR me salvou a vida, pois a organização estava em fase terminal e seus dirigentes e militantes seriam liquidados em 1972 e 1973 e quase todos da direção nacional eram nordestinos. Passávamos por situações complicadas: certa vez, tinha um ponto com o “Crioulo”, perto do Largo do Machado, precisava muito vê-lo e passei dos cinco minutos de segurança. Estava num boteco e pedi outro cafezinho. Fui para calçada e fiquei um minuto esperando. Passou um rapaz num triciclo, um entregador e pedi-me informação sobre uma rua. Logo em seguida, chegou um guarda de trânsito, pedindo-me os documentos. O policial disse que eu estava em postura suspeita, numa área de bancos e embaixadas por perto; queria saber quem foi o cara que tinha falado comigo e o que eu tinha entregue para ele.. Enfim, por precaução, eu tinha levado recortes de jornais sobre ofertas de emprego naquela área, pois estava desempregado, foi o meu álibi. O policial disse-me que, se tivesse uma baratinha (carro da polícia) por perto, eu iria para triagem. Saí rapidamente, mas entrei na Rua Machado de Assis, que, na época, não tinha saída. Tive que voltar, correndo o risco de encontrar o guarda e, pior, arriscando-me a encontrar a tal baratinha e com isso ir para a triagem. Felizmente, nada aconteceu e fui para casa.

Doutra vez, encontrei o “Crioulo” na rua em que morava Messias, no Leblon (Ataulfo de Paiva, 90). Fomos em direção a uma praça onde sentamos e, em seguida, chegaram muitos policiais. Luiz, sempre elegante e muito bem vestido, com a calma fabulosa que lhe era peculiar, disse-me para sairmos dali rápido, passamos entre os policiais, pois, dessa vez, era uma batida contra drogados.

Em 1971, desempregado, atendi pedido de Leonor para ir esperá-la na volta do seu trabalho. Ela trabalhava num colégio de freiras em Santa Tereza, O “Assunção”, no horário noturno. Cerca das 21 horas, saí da nossa casa na Ladeira da Glória (morávamos com Luiz Mendonça e Ilva Nino – os dois, também, tinham vindo fugidos de PE em 1964). Ainda na Rua da Glória, antes da Lapa, caí numa batida enorme. Jovem, sem documentos, sem estudar e sem emprego, fui levado num camburão lotado de gente, para o regimento Caetano de Farias, perto da Rua das Marrecas. Lá estavam muitos detidos passando por uma triagem. Pensei

muito se daria o endereço onde morava e achei melhor arriscar, mesmo sabendo que em casa tínhamos bastante material político. Um soldado dizia que estavam buscando traficantes e terroristas, que seu coronel, o comandante, estava furioso, pois um parente seu tinha sido morto por terroristas em SP; parece que um dos detidos tinha sido identificado como subversivo. Dali, fui para uma cadeia na Lapa, cheia de bêbados, prostitutas e alcaguetes. Um detido, totalmente bêbado, quando perguntado por que estava ali, respondia que tinha assaltado bancos. Um alcagute disse que, se aquilo fosse verdade, teria que passar por ele, em seguida, pois era o responsável dos interrogatórios e torturas por ali. Fiquei cerca de 9 horas detido; pela manhã, às 5 horas, fui solto e parti para casa, a pé, pois era perto. Em casa, estavam todos desesperados, creio que foi mais difícil para eles do que para mim.

Passamos por outro sufoco assim, quando já morávamos na Hermenegildo de Barros, esquina com Cândido Mendes. Nesse tempo, houve o sequestro do embaixador suíço, na Rua Candido Mendes e, por isso, toda a área foi revistada; Foi um tremendo aparato militar no Rio.

Hoje penso que, se tivesse retomado o contato com o BR, em 1971, teria encontrado um dos muitos nordestinos, dentre ele, Bartolomeu, Silton, Almir Custodio, ou Ramirez, Ranusia e seria um caminho sem retorno. O trabalho noturno no jornal, o ter que dormir durante o dia, a prisão de Messias e a fuga do “Crioulo”, dificultaram a retomada do contato com o BR.

No JB, o trabalho era muito duro, além de ser noturno. Quando entrei, também chegou um colega, chamado Paulo Roberto, que vivia a me fazer perguntas pessoais, dentre elas, o porquê da minha saída de Pernambuco. Quando fui fazer exames de saúde para aprovação no JB, não sei como ele apareceu de Volks e me deu carona na volta da clínica até o centro do Rio. Numa noite, no trabalho, surpreendi-o, pedindo para Arimateia para que me fizesse algumas perguntas: como tinha chegado ao Rio, por que tinha saído da minha terra e outras nesse sentido. Na outra semana, fui saber por que ele faltara o trabalho e soube pelo contramestre que esse colega pediu demissão. Penso que era um detetive a serviço do jornal, pois, se fosse de um órgão de repressão, eu

teria sido preso. O diretor do jornal, Nascimento Silva, quando do sequestro do embaixador norte-americano, tinha divulgado a lista dos 15 presos que seriam banidos, para ódio dos militares.

O trabalho era pesado, mas a convivência era muito boa. Muitas brincadeiras e camaradagem com aqueles trabalhadores da zona norte do Rio. Saía pela madrugada, a pé, da Rio Branco para Gloria; passava no Largo da Carioca, onde tinha o “Zi Cartola”, sempre escutava, do lado de fora, Martinho da Vila. Mas a apoteose era na Taberna da Glória, já colado ao prédio onde morávamos. Ali estavam, madrugada adentro, numa mesa cativa, Pixinguinha e Ciro Monteiro, bebendo, tocando e cantando. Depois, derrubaram a taberna antiga, para construção do metrô na Glória.

Ironias da história: muitos anos depois, em 1999, estando em Recife para trabalho de formação sindical da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, com os metalúrgicos do NE, fui ao centro do grupo “Tortura Nunca Mais”. Estava em busca de informações sobre documentos e para ver o operário João Francisco, antigo companheiro das atividades formativas do CEDAC em Pernambuco, encontrei a diretora do grupo “Tortura Nunca Mais”, Amparo Araújo, antiga militante da ALN. Deu-me carona até à casa dos meus pais, em San Martin e, enquanto íamos pela Av. Caxangá, fomos falando dos velhos tempos. Já perto de casa, falei-lhe da amizade com o “Crioulo” (Luiz Jose da Cunha) e Amparo disse-me que tinha sido companheira dele; que chegou a engravidar, mas que perdeu a criança ainda não nascida após o assassinato de Luiz. Naquele momento ela estava indo visitar a mãe dele. Amparo também me falou de Merival, que era muito amigo de Jacques e que ela foi a pessoa indicada pela ALN para fazer o levantamento dos passos dos cotidianos dele, com vistas ao “justiçamento” de Jacques sob acusação de delação por um grupo da ALN .

No final de 1973, os dirigentes do BR foram brutalmente assassinados para vingar a morte do delegado Otavio, entre eles, Ranusia, Ramires, e um de codinome "Otavio", com o qual fui confundido no Doi. Era Almir Custodio de Lima, de Pernambuco.

Nessa ida a Recife, no “Tortura Nunca Mais”, encontrei Carlos Alberto Soares, militante do BR em P, quando eu militava nessa organização, no interior do Estado. Ele falou-me de alguns companheiros, sobretudo, de um que fazia trabalho na área rural da Zona da Mata, junto com Luís Alves Neto e sua esposa. Era um dos meus contatos semanais em Caruaru, junto com Luiz Alves. Estava vivo e morando em SP e se chama Edmilson Cariri.

João Francisco, velho militante da ACO, operário têxtil de Paulista, pelo grupo e pelo Centro de Cidadania do Governo Arraes, esteve pesquisando a morte de outro dirigente que passou por Caruaru: Benevides e Sá, e sua companheira Miriam Verbene. Conheci-o com o codinome de “Careca”, vi-o duas ou três vezes apenas, através de Luís Alves. E só fui identificar a pessoa chamada “Careca” com a de Benevides naquele momento, quando falando por telefone com Yara (também foi da ALN e que estava em Brasília), ela disse-me que Benevides era negro. Conheci seu irmão Edu, em Paris, na década de 80, que era branco. Não podia associar Eduardo com o “Careca”.

Em certo momento, por razões de segurança, Luiz Alves tinha me dito que o “Careca” tinha se afastado da militância por um tempo e que estava em crise. Assim, não podia associar o “Careca” que conheci com um dirigente nacional. Certa vez, em que estive com um dirigente nacional, muito procurado, não nos olhamos durante toda a conversa. Estava junto com Luiz Alves, num “aparelho” perto da Rua Bahia, em Caruaru.

Na cidade de Cachoeirinha, com a ajuda de um simpatizante, arrumei um “aparelho” para Benevides e companheira, sem saber quem eram. Nessa cidade, fui professor de matemática e tínhamos um amigo estudante de física em Recife (um simpatizante), chamado Caetano.

Luís Alves Neto, meu responsável, somente fui encontrá-lo no Congresso de fundação da CUT, em Diadema, em agosto de 1983, isto é, 13 anos após nosso último encontro numa Praça de Caruaru, pros lados do Monte Bom Jesus. Não tinha certeza, no momento em que o vi sentado no chão num intervalo dos debates; desconfiava que fosse o companheiro dos anos 1970. Perguntei, então, a Denise, a companheira de Manuel da Conceição, que o conhecia das atividades

na área rural do Nordeste. Ela confirmou; era Luís Alves Neto. Fui ao seu encontro e nos identificamos.

Luís tinha perdido sua esposa, assassinada no DOI-CODI de Recife, mas me omitiu esse fato. Fiquei com a ideia das notícias que tinha deles: fuzilados pela repressão na Zona da Mata, onde viviam. Assim, somente, fui saber de como foi a morte da Anatólia anos depois. Para mim, chamava-se “Tânia” (como a guerrilheira que acompanhou Che a Bolívia). Em 1970, levei-a ao padre Pedro Aguiar para que fizesse um curso de enfermagem no Hospital de Caruaru. Para esse mesmo Hospital foram levados os corpos de Benevides e Miriam.

Lembro-me de quando a encontrei junto com Luiz Alves, na mesma Praça de Caruaru, numa rua atrás da Prefeitura. Foi a última vez que a vi, era outubro de 1970. Em outros congressos da CUT, voltei a encontrar Luiz Alves. Eu trabalhava na política de formação da CUT nacional; inclusive, entrevistei-o para pesquisa oral sobre a história da CUT nas regiões do Brasil. Falou-me da história da CUT no Rio Grande do Norte, sua terra, onde militava no Sindicato dos Bancários de Mossoró. Também lhe falei de um ensaio que tinha escrito sobre afinidades entre “Mario Alves e Gramsci”. Solicitou-me o ensaio e o publicou na Revista “Brasil Revolucionário”.

Voltemos ao Rio. Tinha dito que não consegui contatar o BR após a não ida do companheiro ao ponto na Rua Santa Amaro. O “Crioulo” sumiu, deixando um bilhete na porta do apartamento de Manuel Messias. O cerco apertava e o DOI-CODI chegou ao apartamento e prendeu Messias. Foi barbaramente torturado para dizer onde estava o “Crioulo”. Depois disso, foi solto e mudou-se para o Canadá, com a namorada, filha de um antigo líder da CGT.

Nessa situação, eu estava isolado e pus-me a repensar as coisas. Conheci alguns nordestinos que tinham tentado um movimento de guerrilha em Catolé do Rocha, na Paraíba. Pegaram três anos de cadeia; depois de soltos, foram para o Rio de Janeiro. Discutíamos muito sobre a situação em que estávamos. Eram amigos de Gêge, que conheci depois, quando trabalhava com os Vidreiros no Rio. Anos depois, encontrei-o quando fui com um casal de sindicalistas franceses da CFDT, visitar o Sindicato paulista dos Coureiros. Lá estava Gêge junto com Paulo

Skomov, o dirigente que nos recebeu. Gêge é um militante dos movimentos populares por Moradia e irmão do famoso cantor Chico Cesar.

Desde quando morava em Caruaru, eu lia muito. Comecei a conhecer uma literatura heterodoxa sobre a “experiência socialista”. Lembro-me bem da impressão que me causou o pequeno livro do filósofo, então marxista, Leszek Kolakowski, “El hombre sin alternativa”. Aliás, tinha uma veia de leitura muito heterodoxa, já em Caruaru. Vinha, entre outras coisas, da leitura da obra de Vamireh Chacon, “Galileus Modernos”. Dela anotei nomes de pensadores e obras que fui comprando com o passar do tempo: Escola de Frankfurt, Walter Benjamin, Habermas, Bloch, Lukacs, Gramsci, etc. Chacon, por ser diplomata na Alemanha, antecipava-nos estes pensadores desconhecidos no Brasil. Na livraria do Largo do Machado, encontrei “Avicena y La izquierda aristotélica”, de Bloch. Na livraria Vozes, no Tabuleiro da Bahiana, achei “Ensayos sobre el Realismo” de Lukács. Grandes alegrias com estes achados. Tornei-me um grande garimpador de sebos, é, ainda hoje, uma das minhas atividades prediletas.

Quando saí de Caruaru e da minha pequena biblioteca, separei para trazer comigo, três livros: um deles, o fabuloso “Dialética do Concreto”, de Kosik; a “Filosofia da Praxis”, de Adolfo Sanchez Vasquez e um de A. Manfred, “A Grande Revolução Francesa”, da editora Fulgor. .

Apareciam as primeiras obras de Gramsci e Lukács, publicados pela editora Civilização Brasileira, de Ênio Silveira, por iniciativas de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Do historiador marxista Caio Prado Jr, li a coleção da Brasiliense, uns 12 volumes de capa dura, paguei muito pouco, pois, em 1966-67, as livrarias desovavam livros proibidos pela censura.

Toda minha biblioteca foi destruída quando saí de Caruaru. Parte dela ficou com Jovenildo; alguns livros foram jogados no Rio Ipojuca. O companheiro do BR, Luís Alves dizia-me sobre a obra de Sanchez Vasques: “muita filosofia”! Não se dava muito tempo e valor aos estudos.

No Rio, trabalhei como estagiário na CTB, em Jacarepaguá, alguns meses antes de ser contratado. Isso foi em 1972. Recebia ajuda de custo; juntei este dinheiro para comprar na Livraria Francesa, na Maison de France, o famoso livro

de Lukács, "Histoire et Conscience de Classe". O mesmo fiz com Walter Benjamin, na Leonardo da Vinci, onde a proprietária, Dona Vanda, abriu-me uma conta de número 1788. Também, adquiri uma edição italiana da Einaudi, do "Ângelus Novus", que foi levada pelo DOI-CODI. Em 1983, comprei uma edição pequena, da mesma Einaudi, na mesma livraria Leonardo Da Vinci.

Certa vez, fiz uma verdadeira maratona entre nossa casa na praia do Russel e a casa de Sotero, em Copacabana, pegando livros para vender no Sebo São José. Tinha visto na Zahar, na Rua México, ao lado do consulado dos EUA, por 90 cruzeiros, uma edição inglesa de "Interesse e Conhecimento Emancipatório", de J. Habermas. Para isso, vendi a obra "A Cultura Brasileira", um imenso volume de Fernando Azevedo, por um preço mínimo, desfazendo-me com muito pesar. Também comprei na livraria Leonardo da Vinci o famoso "Dialectique du Concrete", de Karel Kosik. Tinha a edição brasileira, comprada ainda em Caruaru. O livreiro Severino, apelidado de "Biu Moscou" trouxe-me de Recife.

Assim, fui exercitando minha leitura, por conta própria, nos idiomas francês, italiano e o espanhol. Este na casa de Mãezinha, irmã de Leonor, em um livro sobre bacteriologia. O inglês tinha estudado em Caruaru, no colegial e no científico, além de um ano no Instituto do advogado Heleno Torres, com um suposto famoso professor dos USA, chamado Mac Donald. Mais tarde, encontrei-o no Rio, na Lapa, tomando uma média com pão e manteiga. Nesse Instituto, em Caruaru, estava um professor de francês, muito estudioso, chamado Júlio Gramont. Estava exilado por participar de um atentado de extrema direita contra DeGaulle.

No Rio, inscrevi-me, com ajuda da CNBB, no Instituto Goethe para aprender o alemão. Entretanto, não tinha cabeça para tal tarefa, devido à minha situação política e o uso de um método tecnologicamente muito avançado. Isso, fez-me desistir, depois de alguns zeros nas provas. Sobraram apenas algumas palavras. Na verdade, tentei estudar a língua alemã, porque queria ler Hegel, pois não encontrava suas obras em português. Todo este movimento de aprender línguas deveu-se a uma sede imensa de leitura de obras do campo marxista e afins, que estavam proibidas. Foi uma forma de ampliar meus conhecimentos

neste campo. Com esses livros citados, acima, fazia um dicionário com tradução das palavras e ia exercitando. Outro método, usado por mim era comparar o livro traduzido com o texto na edição estrangeira.

O inglês foi aprofundado com a leitura de “Os Grundrisse” de Marx, edição da Penguin, com introdução de Nicolas Martin, intitulada “O Marx desconhecido”, o texto é um belíssimo ensaio.

Assim, fui levando a vida, acompanhando a evolução das coisas. Em 1972, Sergio, do grupo de teatro de Mendonça, falou-me que estava numa organização, ainda sem nome, chamar-se-ia depois de RAN. Marcou um encontro meu com seu líder Amadeu Rocha, que vinha da guerrilha de Caparaó. O primeiro encontro foi na antiga Taberna da Gloria, mas um dos dois esqueceu-se de levar uma revista como senha. Vimo-nos, mas não nos falamos, pois não tínhamos, nenhum dos dois, certeza. Marcamos outro ponto. Conversamos, mas não achei interessante a ideia deles sobre dividir o Brasil em dois, como no Vietnam. Amadeu soube que eu tinha sido detido numa blitz e falou do risco de não estar organizado naquela situação. Sergio voltou a me procurar e nos encontramos na livraria Civilização Brasileira, no Largo da Carioca. Desconversei dizendo que tinha recontatado o BR. Dessa forma, ficamos acertados, cada um na sua organização.

Na noite de 10 de abril de 1973, pensando na prisão do amigo Jovenildo, em Recife, eu achava que também iria ser preso a qualquer dia. No dia seguinte, no início da noite, tocou a campanha, era a repressão. Vieram uns cinco militares do DOI-CODI, fortemente armados para buscar um possível dirigente do BR, pois o comitê central, naquela altura, era quase todo nordestino.

Em documento “Confidencial” do CIE/I Exército, RPI n. 06, de 15 de agosto de 1973, na parte sobre a “Resistência Armada Nacionalista”- RAN, na parte intitulada “Contatos com outras organizações”:

- MR-8: Eduardo Lessa Peixoto de Azevedo
 - ALN: Merival de Araújo (falecido) e Nilton Leão Duarte
 - VPR, MPR e DVP: Leonardo Valentini e Sandra Lazzarini.
 - PCBR: CLAUDIO ARAUJO DO NASCIMENTO (foragido do NE).
- (p.33)

A RAN tinha caído naquela semana, após a prisão de Amadeu Rocha, seu principal dirigente. Sérgio perambulou em casas de amigos, e sua esposa, grávida, foi presa. Os torturadores ameaçavam provocar aborto se Sergio não se entregasse. Seu advogado o levou ao Deops, onde lhe disseram que não tinham nada contra ele, que deveria ir ao DOI-CODI. Ele foi e, na tortura, entregou meu nome, como militante do BR, fugido de PE. No sufoco, não lembrava meu nome, o que fez os torturadores pensarem que 'Claudio Nascimento' seria um codinome. Levou-os a nosso apartamento na Rua Hermenegildo de Barros, esquina com a Rua Candido Mendes, perto da embaixada da Suíça, onde houve um sequestro.

Em casa, já começou o inferno que iríamos passar. Leonor foi abrir a porta, Eu estava na parte que era o quarto do Kitnet. Um risco, pois os militares quando entraram não me viam. Saí de trás da divisória enquanto me apontavam as armas. Nunca esqueci quando Sérgio entrou com os milicos, estava com cabeça raspada, fato que me fez não reconhecê-lo, de imediato, pois antes usava cabelos compridos. Interrogado, respondi que não sabia quem era Sérgio. Levei um soco formidável. Fomos levados numa Brasília, dizendo que nos levariam para a Ilha das Flores. Comunicaram ao DOI-CODI que a operação, com nome de uma ave, estava concluída. Levaram umas cinco malas cheias de livros. Chamou a atenção deles as obras sobre fascismo e nazismo, por exemplo, entre muitas de Lukács, escolheram "A Destruição da Razão".

Em 2002, buscando documentos para abrir o processo de indenização, encontrei entre os documentos do Arquivo Edgar Leunroth, na UNICAMP (já o tinha visitado nos anos 1990, quando morei em Campinas), constando no Projeto Brasil Nunca Mais - BNM, o mandado de Prisão e Busca emitido em 1973:

Despacho: 0433

Junte-se aos Autos do IPM

EUCLYDES DA SILVA CHIGNALL-Major

Encarregado do IPM

Mandado de Busca e Apreensão, lavrada na forma abaixo:

O Doutor Leonan Siqueira da Silva, Comissário de Policia da SSP-GB, lotado na delegacia de roubos e Furtos e à disposição do 1º Exército no Destacamento de Operações de Informações, (DOI),

MANDA

Ao 2º Tenente do Exército, Mario Cavaliere, atualmente, à disposição do Destacamento de Operações e Informações (D.O.I.) – 1º Exército, que em cumprimento ao presente MANDADO, que vai devidamente assinado, se dirija à Rua Hermenegildo de Barros, n. 8, apto. 604, GB, residência, moradia ou ponto de encontro de CLAUDIO ARAUJO NASCIMENTO e LEONOR DE SOUZA PINTO a fim de que seja precedida apreensão de armas e munições ou quaisquer outros materiais subversivos ali existentes; e, ali, depois de ler e exhibir este MANDADO às pessoas presentes intimando a franquear o local a fim de ser precedida a mais rigorosa busca, podendo para tal, arrombar portas, armários, gavetas e prender os recalcitrantes em flagrante. CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Dado e passado neste Estado da Guanabara aos onze dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e três. Eu, (Hamilton Torres Ribeiro) escrivão de Polícia o lavrei e assino.

=====

DESPACHO

1. Determino sejam juntadas aos Autos os Mandados de Busca e Apreensão e os respectivos Autos, realizados nas residências, pontos de encontro ou locais de trabalho de AMADEU DE ALMEIDA ROCHA,
MARIO DE LUCENA MONTENEGRO
ROGERIO MEDEIROS
JOSE SERGIO VAZ
JEFFERSON SANTOS DO NASCIMENTO
JOAO CARLOS REIS HORTA
ROBERTO PINTO DE LUNA PEDROSA
DALVA UMBELINA E SILVA
CID ALZAMORA SILVEIRA
JULIO FERREIRA ROSAS FILHO

ANA ARAUJO DE ARRUDA ALBUQUERQUE
E CLAUDIO ARAUJO NASCIMENTO e LEONOR DE SOUZA
PINTO

E também as individuais datiloscópicas dos indiciados, documentação esta recebida por mim pessoalmente, no Destacamento de Operações de Informações do I Exército, bem como o material apreendido.

2. Designo para fazer a pericia do material apreendido o Capitão FERNANDO CARLOS DE MEDEIROS FERREIRA e o 2º tenente LUIZ FERNANDO BENEDICTO DO AMARAL GURGEL, ambos da Fortaleza de São João e 2º Grupo de artilharia de Costa, no dia 22 de maio, às 9 horas, naquele Quartel.

Providencia o Senhor escrivão.
Rio de Janeiro, GB, 21 de maio de 1973.

EUCLIDES DA SILVA CHIGNALL - Major
Encarregado do IPM

=====

AUTO DE APRESENTAÇÃO E APREENSAO, na forma abaixo:
Aos onze de abril de mil novecentos e setenta e três, neste Estado da Guanabara e, no Destacamento de Operações de Informações do I Exército, Quartel sito av. Maracanã, no. 1038, GB, onde se encontrava o Doutor Leonan Siqueira da Silva, Comissário de Policia da Secretaria de Segurança Pública, GB, lotado na Delegacia de Roubos e Furtos e à disposição do I Exército, no Destacamento de Operações de Informações (DOI), comigo escrivão a seu cargo adiante declarado e assinado, ai presente o 2º Tenente do Exército, Mario Cavaliere, servindo, atualmente, no Destacamento de Operações de Informações do I Exército, e, Cezar de Azeredo Malta, 2º Sargento do Exército e Mauricio Nogueira Filho, cabo do Exército ambos à disposição do Destacamento de Operações de Informações, (DOI), tendo nesta oportunidade, o primeiro apresentado o material que abaixo será descrito, tendo, igualmente, alegado que o arrecadou hoje, na residência de CLAUDIO ARAUJO NASCIMENTO E LEONOR DE SOUZA PINTO, sita à Rua Hermenegildo de Barros, no. 8, apto 604, GB, sendo então, pela mesma autoridade apreendido na forma da lei:

- Uma (I) pasta em cartolina, contendo varias fls. de papeis escritas à maquina com anotações interpeladas escritas à mão, sob o titulo: O PENSAMENTO DE HEGEL, Ernst Bloch;
- Um (I) volume, sob o titulo: A ECONOMIA SOVIETICA de Alec Nove- Zahar editores;

-UM (I) volume, sob o título: TEORIA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA, Princípios de economia Política Marxista - Paul M. Sweezy;

-UM (I) Volume, sob o título: OPÇÕES DA REVOLUÇÃO NA AMERICA LATINA - Miguel Urbano Rodrigues;

-UM (I) volume, sob o título: MISERIA DA FILOSOFIA-Karl Marx;

-Dois volumes, sob o título: Marcuse, MATERIALISMO HISTORICO E EXISTENCIA-Biblioteca tempo Universitário;

-Um (I) volume, sob o título: REFORMA OU REVOLUÇÃO? de Roland Corbisier;

-UM (I) volume, sob o título: LA DIALECTIQUE DO CONCRET de Karel Kosik, edição François Maspero-Paris;

-UM (I) volume, sob o título: ONTOLOGIA DE HEGEL, de Herbert Marcuse, ediciones M. Roca, S.A. Barcelona;

-UM (I) volume, sob o título: HISTORIA DE LAS IDEAS SOCIALES DE LOS SIGLOS XIX Y XX, UTHA-México;

-UM (I) volume, sob o título: FUNCION DE LAS CIENCIAS Y SIGNIFICADO DEL HOMBRE por Enzo Paci -FCE, Mexico;

-UM (I) volume, sob o título: FILOSOFIA DE LA LOGICA Y DE LA NATURZA -G.Federico Hegel, editorial Claridad, B.Aires;

-UM (I) volume, sob o título: VIDA, PENSAMENTO, OBRA DE HEGEL, editorial Presença, Lisboa;

-UM (I) volume, sob o título: DIALETICA DEL ILUMINISMO, DE Marx Horkheimer e Theodor W. Adorno, Subornos Aires;

-UM (I) volume, sob o título: A OUTRA AMERICA; POBREZA NOS ESTADOS UNIDOS, Michael Harrington;

-UM (I) volume, sob o título: RAZON Y REVOLUCION, Alianza Editorial Madrid;

-UM (I) volume, sob o título: MANUAL DE ECONOMIA POLITICA, Academia de Ciências de la URSS, Instituto de economia Política, editorial Grijalbo, AS, México.

NADA MAIS havendo, mandou a autoridade encerrar o presente que lido e achado conforme assina com o apresentante e a testemunha, digo: e as testemunhas. Eu... (Hamilton Torres Ribeiro) Escrivão de Policia e lavrei e assino.

=====

ATO DE EXAME PERICL. L

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, no Quartel da Fortaleza de São João e segundo grupo de Artilharia de Costa, presente o Senhor Major EUCLYDES DA SILVA CHIGNALL, Encarregado do Inquérito, comigo terceiro Sargento FRANCISCO DUTRA DE ALMEIDA, servindo de Escrivão, os peritos nomeados, Capitão FERNANDO CARLOS DE MEDEIROS FERREIRA e Segundo Tenente LUIZ FERNANDO DENEDICTO DO AMARAL GURGEL, profissionais, prestados pelos aludidos peritos o compromisso legal de bem e fielmente desempenharem os deveres do seu cargo e declararem,

encarregado pela autoridade de procederem a exame a documentação apreendida de CLAUDIO ARAUJO NASCIMENTO e LEONOR DE SOUZ PINTO, e que respondessem aos seguintes quesitos:

1º QUESITO: trata-se de material de teor subversivo; isto é, incita à subversão da ordem político-social e à luta entre as classes sociais?

2º QUESITO: São atentatórios, por qualquer forma, à Segurança Nacional?

3º QUESITO: Difunde a infiltração de doutrinas ou ideias estrangeiras incompatíveis com a Constituição, a índole e o atual regime democrático e vigente nos País?

4º QUESITO: Queiram os senhores peritos descrever todo o material encaminhado, apresentando relatório circunstanciado quanto à forma de literatura e se a difusão da mesma ocorre, de qualquer forma, para a propagação e divulgação de ideias comunistas? - E havendo os peritos procedidos ao exame ordenado e as diligencias que julgaram necessárias, declararam que procederam a exame, leitura minuciosa e análise do material apreendido. E, portanto respondem ao

1º QUESITO, que sim, trata-se de material de teor subversivo;

ao 2º QUESITO, que sim, são atentatórias à Segurança nacional;

Ao 3º QUESITO, que sim, difunde a divulgação de doutrinas ou ideias estrangeiras, incompatíveis com a Constituição, a índole e o atual regime democrático e vigente nos País;

ao 4º QUESITO, material apreendido [.....]. Tratam esses assuntos que pregam a luta armada, a tomada do poder, trabalho de massas e a luta de classes. Todos esses documentos são altamente atentatórios à Constituição e ao regime brasileiro vigente. E por nada mais terem a examinar e a declarar, deu-se por findo o exame, de que... [ilegível] pela mesma autoridade rubricada e assinada, comigo 3º Sargento FRANCISCO DUTRA DE ALMEIDA, servindo de Escrivão, que o datilografei, os peritos acima referidos e as testemunhas, do que dou fé.

EUCLYDES DA SILVA CHIGNALL-Major-Encarregado do IPM

FERNANDO CARLOS DE MEDEIROS FERREIRA-Capitão-Perito

LUIZ FERNANDO BENEDICTO DO AMARAL GURGEL-2º Tenente-Perito

MARCOS AURELIO POSSATO VENANZONI-3º Sargento-Testemunha

FRANCISCO DUTRA DE ALMEIDA-Sgt-Escrivão

EDSON MEIRA CAVALCANTI - 3º Sgt - Testemunha

=====

No inicio dos anos 70, as organizações do “protesto armado “(como dizia Apolônio de Carvalho) estavam sendo dizimadas”“. As quedas do BR eram constantes:

Janeiro de 1970, Rio – prisões de Mario Alves (assassinado no DOI-CODI do Rio), Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender, etc.

Julho de 1970, PE – prisões de Chico Barreto, Nanci Mangabeira e a esposa de “Zito” (Mario Miranda), Vera Pereira.

Outubro de 1970, BA – prisões de Teodomiro Romeiro, Paulo Pontes.

Novembro de 1970 – arrastão das eleições [voto nulo].

29 de novembro de 70, PR – prisão de Alberto Vinícius.

Fevereiro de 1971, PE – prisão com morte de Odijas Carvalho, prisão de Carlos Alberto Soares e de Mario Miranda.

Fevereiro a abril de 1972, PE – prisão de Jovenildo, João Florêncio, Romildo, Pedro Eugênio.

Oito de março de 1972, PE – mortes de “Careca” (Benevides) e Miriam, em Caruaru, e de Ezequias Bezerra, em Recife.

17 de dezembro de 1972, PE – prisões de Luís Alves Neto, Anatália Alves, Edmilson Lima, Severino Miranda.

19 de dezembro de 1972, PE – prisão de José Adeildo Ramos.

26 de dezembro de 1972, PE – assassinato de Fernando Sandália.

29 de dezembro de 1972, no Rio de Janeiro – mortes de Getúlio Cabral, Jose Silton, Valdir Saboia, Lourdes Pontes (mais o corpo de Sandália, trazido de Recife).

Janeiro de 1973, PE – morte de Anatália Alves, esposa de Luiz Alves.

Outubro de 1973, Rio de Janeiro – mortes de Ramirez, Ranusia, Almir Custodio e Vitorino Moitinho.

PS – dados da obra “Dos filhos deste solo” e do livro de Gorender, “Combate nas Trevas”.

No documento “Secreto” do CISA, informação n. 215 de 17 de maio de 1973, podemos ler:

1.2- Tendência de aglutinação ou fracionamento de grupos e formação de Frentes.

DVP + GPR=GU (Anexo 1).

ALN – MOLIPO – TENDENCIA LENINISTA/ALN (Anexo 2 e 3)

Frente, na GB - ALN/VPR/MR-8/PCBR.

Há indícios de que tenha sido, pelo menos momentaneamente, desarticulada, face ao “recuo” do MR-8, atualmente num Período de Transição, em preparo para um Congresso, e o desmantelamento do PCBR, em Dez. 72/ Jan. 73.

Retomando nossa narrativa, íamos os dois dentro da Brasília, olhos vedados, com óculos escuros. Diziam-nos que estávamos indo para Ilha das Flores, de onde ninguém escapa. Chegamos a um local em que fomos separados. Saí do carro escoltado, sempre sem nada ver; diziam para ter cuidado com um buraco enorme no piso na minha frente. Começava o clima de terror. Fui levado para uma sala, tirei a roupa e vesti uma espécie de macacão de uma peça e capuz. Ali fiquei um tempo, semiparalisado e até sem tirar o capuz, pois devia estar sozinho na sala. Chegaram umas seis pessoas e me tiraram o capuz. O “doutor” ocupou a mesa acima do pequeno estrado, ao lado, o chefe e mais uns quatro ou cinco em redor de mim.

Um deles, usando um capacete de militar alemão, com uma suástica nazista ; diziam-me: “quem entra aqui perde toda esperança; aqui não há direitos humanos”; “vocês, nordestinos, só atrapalham o Brasil” (Mostravam-me uma bala em cima do estrado). “vamos te aniquilar na tortura, a bala é para o final: um tiro na tua cabeça”.

Lembro-me de algumas perguntas, as primeiras; dizia o doutor que eu tinha vindo de PE de "pinote", isto é, fugido. Perguntou-me as organizações revolucionárias que eu conhecia. Possivelmente, analisavam onde o interrogado punha sua organização: no início, entre outras, no fim ou se a esquecia ou não falava a respeito. O primeiro choque elétrico foi terrível: um "jacaré" no pênis e outros dois, um em cada dedão dos pés. Jogou-me contra a parede nos fundos da sala; no terceiro choque, já não dava para controlar meus movimentos. Fiquei, então, jogado no chão; eles me batiam muito, mas eu não sentia a dor. E eu experimentei os terríveis choques, enquanto os torturadores gritavam “Roda, roda Terezinha”, imitando o grito de guerra de Chacrinha em seu programa “Discoteca” na TV! O que girava a máquina tinha os dedos chamuscados; queriam saber de pontos, nomes, contatos do BR. Quanto mais rápido girava a máquina, pior o

choque; tiraram um jacaré dos pés e puseram na orelha. O que senti era horrórico, desmaiava, tinha a sensação de morte, perdia a consciência...

Saíram e, depois, voltou apenas um deles. Eu estava num canto da parede estirado sem poder me levantar. Ele vinha com uma fala mansa, queria ajudar e dizia ser diferente daqueles outros. Não dando certo, virava uma fera. Queria saber que curso tinha feito (referia-se a cursos de guerrilha), não atinando com a questão, respondi que tinha feito o científico. Paguei caro, pois pensou que o fiz de gozação; pôs-me o fio na língua e com os choques estragou-me três dentes. Aliás, um que doía muito, passou a não doer mais. Dizia-me para falar, pois poderia ter a sorte do “português”, que eles “puseram em um computador”. Eu não tinha ideia do que seria isso, mas se referia a Sérgio, que tinha sido posto dentro de um computador. Dizia que ali não havia direitos humanos e que quem lá entrava não devia ter mais esperanças.

Dos choques, tentei me defender segurando o pênis com as mãos, mas a situação foi pior, pois o choque se propaga nas mãos. Não sei quanto tempo durou a primeira sessão. Naquele ambiente sempre era dia, sempre, tudo claro, luzes sempre acesas. Só na geladeira é que ficava escuro. A sala de tortura era com paredes brancas, um quadrado pequeno escuro no centro, uma mesa num estrado e uma pequena janela através da qual nada se via de dentro para fora. Outras vezes, eu ficava num corredor na ponta dos pés, braços levantados, durante horas; se mudasse de posição, levava socos nas costas. Entrava muita gente presa; estavam prendendo todo o pessoal da RAN. Ouvi um rapaz gritando e implorando perdão, informando que seu pai era militar. Outra vez, fiquei na geladeira, numa parte escura. De uma parte dela, saía um gás saía, causando muita sede, se pedisse água, davam-te um balde inteiro de água com sal e eras obrigados a beber tudo. Durante todo o tempo, não havia alimentação; comia papel que achava no chão da geladeira. Uma vez, saindo da sala de tortura, levaram-me a uma pia para beber água. O “doutor”, com mais uns quatro, reafirmavam que iriam me matar, lentamente, na tortura e que a bala sobre a mesa seria o golpe final.

“Por causa da minha relação com os Bispos da CNBB, diziam-me que Dom Ivo celebraria uma missa para mim, como Dom Paulo Arns fez para ‘o Vanuchi’ (não sabia do que se tratava, pois Alexandre Vanuchi foi morto nessa mesma época em São Paulo e não tinha notícias disso).

Fui acareado duas vezes: uma com o português Sergio, que levou o DOI-CODI a meu apartamento. Não se lembrava de um encontro em que tinha lhe dito que estava desligado do BR, que não tinha encontrado o contato, como lhe disse num encontro anterior na Livraria Vozes. Então, lembrei-lhe que foi no Largo da Carioca, então Tabuleiro da Baiana, na livraria Civilização Brasileira e que tinha lhe contado a história do nosso gato que foi envenenado; os militares então, sacaneando, perguntaram-me se o gato era do BR. Estavam querendo saber se eu estava realmente desligado; pois, mesmo com as torturas nada sabia de nomes e pontos. Muitas vezes, mentia sobre estas questões, o que logo percebiam. Só falava de um ou outro companheiro, já presos em Recife. Diziam que estes estavam ‘desbundados’. Surgiu um médico, pois estava estirado sem poder me levantar, examinou-me e disse que podia aguentar mais umas 32 rodadas com a manivela dos choques. Não sei por que esse numero ficou registrado em minha mente.

Outra acareação foi com minha esposa. Leonor vinha de outra sala de tortura, nua e sempre muito firme nas respostas. Teve um momento que foi quase fatal: Certa hora, perguntaram-nos pelo amigo de Messias, o “Crioulo”, dirigente da ALN, pernambucano. A repressão estava sedenta por colher alguém do comando que justicou o delegado Octavinho, em fevereiro. Ela disse não saber quem era, também afirmei o mesmo.

Antes de nos separarem, apareceu um servente, negro e que nos dizia para contar tudo, que esta guerra estava perdida; ajudou-nos a limpar a sala, tirar o sangue e a urina, com água sanitária. Era um homem sincero; devia estar ali por obrigação.

Outra vez, o “doutor” pediu-me para escrever um histórico de militância. Deram-me caneta e papel e fiquei sentado na mesa em cima de um estrado. Algumas vezes, era confundido com outro Claudio, um médico da RAN. Levavam-

me para sala de tortura e, quando chegava, o “doutor” dizia que era o outro Claudio, “este é o filho da puta do BR.” Pensei que seria acareado com Amadeu, o que não aconteceu. Ele era quem eu conhecia da RAN e era seu dirigente maior. Estivemos juntos duas vezes.

Na geladeira, escutava gritos dos presos sendo torturados. No lado de dentro da geladeira, estava Ana Arruda Calado (esposa do jornalista e escritor Antônio Calado), pois seu nome foi dito quando lhe perguntavam por nomes da RAN na região.

Depois de uma semana nos porões, subi para um primeiro andar, ficava num quarto com apenas uma cama e um banheiro. Comi pela primeira vez. No café da manhã, tinha chocolate e um pão com manteiga; o almoço era o do quartel em uma bandeja, sob a presença de um soldado. Tinha muitas dúvidas sobre a comida; na primeira vez, temia que contivesse alguma droga. Sempre tinha um guarda, que através de uma pequena janela na porta, a cada cinco minutos, batia para não me deixar dormir. Pela manhã, vinha um torturador para obrigar a cantar o hino nacional, na alvorada do quartel. Depois, vinham uns soldados para fazer limpeza do banheiro, sempre com insultos e humilhações.

Através da jornalista Tereza Cesário Alvim, irmã Augusta, na CNBB, ficou sabendo onde estávamos presos. Teresa foi presa com o pessoal da RAN, tinha um filho militante e tinha sido casada com o famoso jornalista Paulo Francis, além de ser de uma família conhecida. Ficou numa cela com minha esposa e logo que foi solta, telefonou para a CNBB. Disse onde estavam os "sobrinhos" de irmã Augusta. Esta falou com o capelão militar, Dom Trevisan, que não conseguiu nada com os militares. (Uma sobrinha de Leonor chegou a falar com o comandante do DOI-CODI, General Fiuza de Castro, que lhe afirmou ser Leonor louca (estava internada com amnésia no Hospital Militar) e que seu marido era terrorista). E que, “mulher que dorme com terrorista, também é terrorista”.

O amigo Carlos Henrique Escobar, que esteve preso nessa época, com sua companheira Glorinha, por contatos com a RAN, disse-me que o general Fiuza era um conhecedor do marxismo, pois lhe fez um interrogatório nesse sentido.

Com Escobar e Glorinha, a partir de 1976, montamos um grupo de estudos marxistas, na residência do amigo Roberto Aguinaga, em Copacabana. Era uma forma de aprofundar meus estudos.

Cerca de 20 dias após a prisão, fui levado a uma das salas de tortura; lá estava o “doutor” da primeira sessão; novo interrogatório; cheguei a desmaiar e ferir o supercílio; Um médico examinou-me e disse que eu estava bem. Levaram-me para o primeiro andar, deram-me as roupas, pertences e fui para um camburão. No carro, com os olhos vendados, escutei a voz de Leonor. Para que ela soubesse que eu estava ali, mesmo não fumando, pedi cigarros. Além de minha esposa, estava também outra pessoa, o professor Jacques. Fomos para o DEOPS, onde estavam alguns militantes da RAN: Rogerio Medeiros, Jacques e Joao Carlos. Do “Maracanã”, apareciam o Zé Augusto e o Carvalho, com um imenso bigode – tinha sido meu colega, trabalhando como cobrador no bondinho do aterro do Flamengo. Também estava lá, Januário Pinto, o Janu, que teve a noiva e o irmão assassinados, todos da VPR. Janu foi morto numa favela, após sair da prisão, quando da anistia. Encontrei Carvalho algumas vezes, sempre perto do Largo do Machado. João Carlos, uma vez na Cinelândia, após as eleições de 1974. Nesse dia, disse-me que a ditadura nos tinha dado férias naquela campanha eleitoral. Era a abertura de Geisel.

No Deops fiquei até o dia 7 de maio. Nesse dia, quando fui chamado, tive muito medo de voltar ao DOI-CODI, mas era para fazer a barba, trocar de roupa e ir para o Ministério da Guerra, na praça perto da Central do Brasil. A sensação foi bem forte ao atravessar o portão de saída, da Rua da Relação. Encontrei Leonor; deram-nos os documentos e assinamos um caderno; soubemos que deveríamos voltar ali toda semana. Na praça em frente, encontramos o carcereiro de Leonor. Chegamos à nossa casa no final do dia. Foi uma noite muito difícil para dormir.

Como forma de sistematização deste histórico, agrego alguns documentos. Mantive a escrita tal qual a fizemos na época.

As denúncias que fizemos após sairmos da prisão, em 1973.

1-Claudio:

Fui preso no dia 10 ou 11 de Abril de 1973, às 18h30min por cinco indivíduos que não se identificaram nem apresentaram nenhum documento de ordem de prisão, levando a mim e a minha esposa que também estava presente na ocasião, para local ignorado; fomos de capuz e apenas diziam que íamos desaparecer. Na ocasião, trouxeram um amigo nosso para mostrar nosso apartamento. Ele estava tão 'diferente' que não cheguei a reconhecê-lo; estávamos jantando e não tínhamos terminado, então, eles aproveitaram para comer, depois de removerem todos os móveis de nosso apartamento. No momento, fomos agredidos por um deles. Levaram duas malas com livros de nossa biblioteca, livros esses de filosofia de vários autores, deixando livros de Heidgger, Husserl, Kant, Nietzsche, normalmente vendidos em qualquer livraria. Na ocasião, eles vieram armados de armas em punho e apontadas para nós.

Ao chegarmos ao tal local, fomos separados. Fiquei numa sala encapuzado, onde, depois de muito tempo, fui 'interrogado': torturado com choques elétricos no pênis, orelha, dedos, língua; após tal, fui levado para outro local, ainda com capuz onde era constantemente agredido a socos por indivíduos que ali estavam; depois voltei para ser novamente torturado por outros indivíduos, que ameaçaram dar choques em minha esposa, em seus órgãos genitais, então logo após, ela foi introduzida na sala, encapuzada e chorando, nua (logo ao chegarmos ao tal local, fomos completamente despidos). A meu ver, ela caiu em crise nervosa; diziam que tínhamos recebido armas de Dom Ivo Lorscheider, secretário geral da CNBB; duas beretas, uma carabina e uma ina; diziam que ela estava fodida.

Depois, fomos separados, após eu ter lavado minha sala e fui levado para um corredor ainda encapuzado, onde era agredido constantemente. Então fui levado para um local escuro e com uma buzina a apitar constantemente. Ali fiquei por cinco ou seis dias sem comer nem beber, apenas um indivíduo de vez em quando perguntava por meu nome; neste local, havia outra pessoa separada de mim por uma parede de ferro, pois perguntavam a ela se estavam ouvindo (eram gritos horríveis) e se queria falar. Após esses dias, fui levado para uma sala bastante iluminada onde passei duas noites numa temperatura gelada. Após isso, fui levado para uma cela em um andar superior, onde fui alimentado três vezes por dia e tomava banho, mas sem conseguir dormir, pois um soldado abria constantemente uma portinhola batendo-a. Estava com o nariz sangrando.

No dia em que fui levado para esse tal local, 10 ou 11, diziam que meu nome era frio e fizeram minha barba, pois diziam que eu era um 'cara' procurado pela justiça (que depois minha esposa disse que falaram para ela que eu era um 'procurado vivo ou morto') então cortaram meu cabelo e barba, tentando igualar ao deste indivíduo, depois diziam que tinha ficado igual a ele. Tal de Olympio que diziam ser procurado vivo ou morto *

Após passar vários dias na cela do andar superior, fui levado no dia 23 ou 24 para a sala onde havia holofotes, fui encapuzado e novamente interrogado sob ameaça de ser torturado a choques e de sumir (isso me diziam desde o primeiro dia).

Após tal fato, fui levado para o banheiro onde vesti minhas roupas (estava de macacão que ia até os joelhos e muito apertado) e ali fiquei até ser levado para o DOPS onde fiquei incomunicável até o dia 7 de maio, quando fui

liberado, no dia 14 de Maio, após ter sido ouvido por um indivíduo à paisana, o Major Chignall e também um tenente.

Enquanto estava no andar superior tive um braço inchado. Pedi médico, pois eles perguntavam se necessitava socorro médico, mas não fui atendido. Além disso, no dia em que saí estava com um corte no supercílio direito, devido a uma queda, mas tampouco por isso fui medicado.

Desejo acrescentar que, na primeira vez em que fui torturado, fui acareado com um rapaz que tinha levado os elementos que nos prenderam. Seu nome é José Sérgio, é de origem portuguesa e, na ocasião, foi torturado com choques elétricos.

Também fui torturado para confessar ter recebido dinheiro de um assalto; tal dinheiro me teria sido entregue por Jovenildo Pinheiro de Souza, para guardá-lo por alguns dias. Isso foi na segunda vez em que fui torturado, no mesmo dia da minha prisão (diziam que ainda não tinha passado por nada e, para confessar o recebimento do dinheiro, introduziram na sala um indivíduo com uma das mãos com uma espécie de luva de gesso e com quem eu iria ‘travar’ uma luta, além de ameaças à minha esposa; ao ter dito uma quantia irrisória, um indivíduo chamado por Doutor mandou que me dessem choques e, após, mandou olhar minha língua e disse que o obtido já era suficiente para o que desejava. Antes de ir para o DOPS, o tal Doutor me colocou para fazer um relatório e que, se não estivesse de acordo com seus propósitos, iria repeti-lo indefinidamente. Isso foi à noite. Em tal relatório neguei o recebimento do dinheiro. Então, no dia seguinte, fui obrigado a admiti-lo sob as mesmas ameaças da vez anterior.

Antes de fazer o depoimento com o indivíduo à paisana, o Major Chignall, no DOPS, um carcereiro me dizia para não discordar do depoimento feito sob tortura, no DOI local, onde fui torturado, se não, voltaria para o DOI; e o Major Chignall dizia que dependia de mim voltar ou não para o DOI.

Logo que cheguei ao local onde fui torturado, um indivíduo dizia que ali não valia a lei, advogado, habeas corpus, etc. Faziam questão de ironizar com os nordestinos – queríamos “complicar”. Chamavam-me de “filósofo da Caatinga” e minha esposa de “puta de bispo”, diziam que Dom Helder era um “cachorro” e chamavam-nos de “filhos da puta”.

Quando torturado, um indivíduo dizia que iriam ‘acabar’ comigo, mas não com um tiro na cabeça, e sim aos poucos, até o coração não resistir às torturas. Havia uma bala sobre a mesa da sala de interrogatório. Diziam que meu pênis iria ser partido devido aos choques, dados sempre em dois locais simultaneamente. Diziam que poderiam me torturar simultaneamente, pois eram mais de 20 turmas se revezando e que, se eu morresse não teria importância, pois ninguém sabia de nossa prisão. Era ‘interrogado’ (torturado) sempre por, no mínimo, três indivíduos.

Ao ir ao Ministério do Exército no dia 17 de maio, fui interrogado por um indivíduo, que estava à paisana e pediu para ser tratado por “Doutor”; com vários Telex aparentemente vindos de Pernambuco, interrogando sobre pessoas de Caruaru, tipo físico, nível cultural e ideológico, endereços. Dizia não saber a que se destinavam às informações. Dizia que estava prestando um favor que lhe haviam pedido e que não sabia o que iria acontecer a estas pessoas nem a nós. Este interrogatório durou várias horas e, após terminar, mandou que esperássemos na sala onde, segundos depois, um tenente mandou-nos embora.

Nego as declarações por mim prestadas sob tortura por não terem fundamento.
RJ, Maio de 1973.

2-Leonor:

Fomos surpreendidos na noite de 10 ou 11 de Abril, às 18h30min aproximadamente, quando jantávamos para irmos ao trabalho por algo que julgávamos não acontecer num mundo civilizado. Tocaram a campainha e quando abrimos a porta (eu) fui estupidamente empurrada e perguntaram-me por meu marido. De medo e surpresa, pois eram cinco homens que não se identificaram e um deles apontava uma metralhadora para mim, nada falei. Fecharam a porta e então notei que traziam consigo alguém que já havia visto anteriormente, estava tão desfigurado e 'diferente' que só depois quando disseram seu nome, reconheci nele um conhecido nosso.

Iniciaram então o que chamavam de busca e reviraram tudo, que havia em nosso apartamento, jogavam tudo no chão, material do colégio do qual era coordenadora, revistas, minha Bíblia, missal, imitação de Cristo, documentos, roupas, etc. Da estante de meu marido levaram dentro de duas malas que possuíamos grande quantidade de livros, todos vendidos nas livrarias desta cidade, levaram todos sobre problemas brasileiros e vários livros de filósofos alemães. Deixaram ainda outros livros de filosofia e como não havíamos terminado de jantar, sentaram-se e passaram a comer, enquanto nos insultavam por sermos nordestinos e esbofetearam meu marido.

A seguir fomos levados como se nada estivesse acontecendo, ordem deles, fomos colocados dentro de um carro luxuoso e depois de determinada distância fomos encarapuçados, deitaram meu marido em meu colo e mandaram que me abaixasse e colocaram os braços sobre minhas costas. Riam e diziam que íamos "sumir", isso desde que estávamos em casa. Depois de rodarmos durante muito tempo, chegamos a determinado lugar, fomos separados. Falaram então para mim tira a roupa, "égua": chorava de vergonha, algo parece ter quebrado dentro de mim, menstruei e o sangue descia-me pelas coxas. Levaram-me então para uma sala muito fria, "geladeira", luzes, holofotes incidindo sobre nós e fiquei durante certo tempo de pé e sozinha.

Entrou então alguém e perguntou meu nome, filiação etc. Quis então que dissesse meu codinome e organização, neguei porque jamais pertenci a nenhuma organização. Ameaçavam-me, dizia que daria sumiço a meu marido, que eu era uma 'vaca', égua, cachorra, prostituta. Disse então que poderiam me matar, mas não diria uma coisa que jamais fui. Chamou-me 'atrevida' e perguntou se gostava de meu marido, saiu deixando a porta aberta e ouvi então gritos lancinantes, estavam aplicando choques elétricos em meu marido. Voltou o mesmo cara e perguntou se continuaria a negar – respondi-lhe que sim. Disse-me então que lá faziam coisas inacreditáveis. Disse-lhe que o que mais poderia fazer comigo era matar-me. Se para eles, isso era o fim, para mim era o começo. Ameaçou-me de dar-me tratamento especial, soube depois que disseram a meu marido que iriam aplicar choques em meus órgãos genitais. Passou então a perguntar sobre minha vida de estudante e quais os cursos que possuía. Quais minhas participações em política

estudantil. Respondi-lhe ter o curso Normal e Direito e que durante minha vida estudantil havia pertencido a “Ação Católica”. A mim me pareceu que acham isso pior do que qualquer organização terrorista, pois o homem ficou furioso. Disse-me então que era mais uma comunista infiltrada na Igreja. Ele, sim, era cristão, eu deveria pertencer ao grupo dos comunistas safados como Hélder, Valdir e outros.

Queria obrigar-me a afirmar isso, e eu só conseguia dizer:

–Não, meu deus, antes morrer.

Fazia-me então toda espécie de ameaças e saindo, fazia-me ouvir os gritos que meu marido dava quando torturado. Voltando, disse-me haver encontrado em nossa casa armas que nos teria sido dada por Dom Ivo Lorscheider, secretário geral da CNBB e que seriam: dois beretas, uma carabina e uma ina. Perguntavam ainda qual o guarda que meu marido teria atingido com elas. Perdi o controle e comecei a gritar:

- Não, meu deus, pelo cristo, não.

Dizia-me que teria que afirmar isso e mandar pedir a Dom Evaristo que celebrasse ‘minha missa’. Como continuasse a dizer não, levou-me encapuzada para outra sala onde havia cinco ou seis deles. Mandaram-me tirar o capuz e passaram a maltratar-me moralmente. Sentado em uma cadeira com uma maletinha, um deles fumava calmamente, pareciam amigos em folga, dia de domingo, entretanto é aquela famosa Maricota, com que se dá choques elétricos.

Perguntaram-me depois sobre as “armas” que teriam sido dadas por Dom Ivo, descontroladas gritava que “não”. Mandaram-me olhar para trás e lá estava meu marido despido e com sangue em diversas partes do corpo. Tive uma crise nervosa e eles acusavam-me de ser comunista e de termos recebido armas de Dom Ivo. Completamente descontrolado, gritava “não”. Já era de manhã quando deixaram de interrogar e trouxeram balde de água e pano para lavarmos e enxugarmos a cela. Meu marido pediu para lavar também a minha, o que foi consentido. Colocaram-me o capuz, deram-me um macacão ridículo e disseram-me para subir dois lances de escada. Como ninguém ajudasse, tombava e levantava. Fui colocada numa cela e devida talvez ao meu estado nervoso e como estava com muita febre, levaram-me para outra cela, onde me colocaram com outra moça. Jamais poderei esquecer-la, pois esquecendo seu problema ficou perto de mim, ajudando-me moralmente. Aplicaram-me uma injeção e deram-me um comprimido, o qual joguei depois dentro da bacia do banheiro.

Tiraram a moça de minha cela e fiquei incomunicável. Começou o inferno. A luz enorme da cela nunca é apagada. Iniciaram então as torturas mentais e morais. Variavam de noite para noite, num requinte diabólico. Simularam matar meu marido três vezes. A 1ª ouvia o interrogatório, as torturas e depois diziam que iam fazer com ele um passeio. Saía então um carro, que voltava tempos depois dizendo na maior algazarra que “o rapaz tentou fugir e tivemos que atirar” – dizia uma voz – “levem imediatamente para o hospital”. “Não adianta”, respondiam, “o tiro atravessou a garganta e ele morreu. Levem então para Rio-São Paulo, deem uma rajada de metralhadora e coloquem o escudo do Esquadrão da Morte”.

Noutra, seria levado como outros para Ilha e “acidentalmente” havia caído do carro sendo esmagado.

Noutra teria sido fuzilado com outro grupo por tentar fugir.

Certa noite, um grupo gritava que eu gostava de 'macho', que havia 15 para mim, combinavam então que eu seria levada para um matagal e o último apertaria um cordão de náilon em meu pescoço. Passei então a gritar e abriram a portinha de minha cela – nada podemos fazer, isso é com o povo lá embaixo – reconheci, no entanto, que era um deles.

Na noite seguinte, seria violentada na Barra, levem mais homens, os mais fortes, “proveitem o quanto puderem, depois amarrem esses saquinhos debaixo dos braços e joguem dentro do mar, os peixes aproveitam o resto”. Dentro da cela parecia louca e já não conseguia mais rezar devido ao desespero. A seguir passaram a usar algo mais requintado, davam-me um comprimido para tomar, era obrigada a tomar em sua vista, isso diariamente. Passei então a ouvir as coisas mais absurdas – gargalhadas durante toda a noite, noutro dia, pessoas queridas que fossem torturadas; noutras vezes gritavam durante toda a noite, que estava ficando louca.

Fui perdendo a ideia de tempo e lugar e depois meu próprio nome. Aplicaram-me então injeções na veia e nos músculos e passei então a ver figuras horríveis que saíam das paredes em minha direção; noutro dia, as paredes todas se dirigiam para mim para esmagar-me.

Já não sabia o que me aconteceu e, certo dia, sentia dores horríveis e ao ir ao banheiro colocava coágulos de sangue enormes.

Certo dia veio o médico (os outros se diziam médicos, vinham encarapuçados, eu era encarapuçada), esse veio normalmente, depois cheguei a vê-lo no Hospital. Fui encapuzada e levada para baixo, onde ajudaram a vestir minha roupa. Colocada em um carro com muitas pessoas, depois de muito rodar, tiraram o capuz e disseram que meu marido estava perto de mim. Não dei quase nenhuma importância e deixando-o em certo lugar me levaram, para outro, que soube depois ser um hospital.

O enfermeiro levou-me para uma cela na qual não havia nem banheiro. Lá fui atendida por psiquiatra, que tudo fez para que me lembrasse, antes tivesse ficado sem memória por toda a vida. Voltando aos poucos a lembrar-me das coisas o que primeiro pedi foi para comungar-me, soube então que naquele lugar havia passado 13 dias e não apenas cinco como afirmavam aos médicos.

Fizeram-me eletroencefalograma, eletrocardiograma, exames de sangue, radiografia do pulmão, etc. Tomava vários remédios diariamente e mesmo assim não conseguia dormir. Minhas articulações doíam e, certo dia, um médico pediu:

– Minha filha eu sou um médico, diga, não tenha medo, penduraram lhe pelos pés?

– Eu não sei, Doutor.

E realmente não sabia.

No dia 7 de maio, fui ouvida por um major que se mostrou muito amável, elogiou a inteligência de meu marido, disse que seríamos liberados naquele dia e que me ouvia por pura formalidade, pois nada havia contra mim, seria excluída do processo, meu marido certamente serviria de testemunha. Emprestou-me o lenço porque eu chorava. Fomos liberados naquele dia e a partir daí entramos em tratamento neuropsiquiátrico, vivemos à base de tranquilizantes, ainda sofro de amnésia parcial, horas há em que nada me lembro, sinto uma angústia tão grande e uma depressão profunda que temo ficar em casa, pois temo em um momento desses suicidar-me.

O pior drama, ao sair da prisão, onde havia perdido a noção de tempo, foi o atraso por 16 dias da minha menstruação; tremia, angustiava-me, chegava a pensar em suicídio, por imaginar estar grávida de um monstro que já nada tinha de humano. Falei a meu marido e respondeu-me: minha filha, se for verdade, se realmente está grávida, vamos aceitar esta criança: um filho não é um ato só de concepção, uma criança é sempre uma criança, nós vamos criá-lo como se fosse nosso. Criar, educar, formá-lo como nós pensamos, isso é, será nosso filho.

Fui ao meu confessor, já não aguentava meu drama apesar do apoio moral do meu esposo. Traumatizado ante meu drama de gerar um filho de um homem de quem nem sabia quem era e de meu drama de cristã por não aceitar o aborto, pediu que aceitasse a solução de meu marido, que rezasse, e tentasse aceitar numa visão cristã, uma criança que poderia vir ao mundo, que rezaria e me ajudaria moralmente o quanto eu precisasse.

Graças a Deus, no 16º dia, a minha menstruação aconteceu normalmente, o que me fez sentir profundamente aliviada.

Fato importante aconteceu quando um de nossos parentes foi falar com o Coronel Fiuza, respondeu que éramos presos de Pernambuco e que eu era doída.

Rio de Janeiro, maio de 1973.

3- Diagnóstico de Leonor, feito pelo Dr. Claudio José de Campos Filho (CREMERJ. 52-17131 6), para o processo de Anistia.

Histórico:

A paciente nasceu na cidade de Brejo da Madre de Deus onde se desenvolveu em clima familiar tipicamente nordestino e pernambucano. Completou seus primeiros estudos em sua cidade natal, tendo a seguir que se deslocar para centros maiores para completar seu aprendizado, chegando até à cidade de Caruaru. Graduou-se em Direito, não exercendo a profissão. Interessou-se então por informação e documentação, adquirindo por consequência o título de Biblioteconomia.

A infância e adolescência de Leonor se realizaram dentro dos conflitos normais, porém profundamente marcadas pela realidade nordestina da fome e da pobreza. Isto determinou seu caráter e o forte interesse pelas causas sociais.

O casamento de Leonor com Claudio Araújo Nascimento aconteceu no clima das causas sociais em que ambos estavam se dedicando, como também da forte atração intelectual dos dois. Isto os impulsionava a um profundo relacionamento amoroso e à realização dos ideais comuns. A dor e a

intempérie deste momento da vida de ambos foram sublimadas pelo desfrutar amoroso das vitórias comuns por sobre os obstáculos. O sertão floria na vida de cada um e se tornava fértil para os dois e os que se acercavam deles.

A tempestade que se instalou com a ditadura militar os retirou do sonho da realização rotineira de seus ideais. Tiveram que vir para o Rio de Janeiro, fugindo do caudaloso rancor que ceifava vidas e ideias em Pernambuco.

No Rio de Janeiro, continuou o que sabiam fazer melhor: estudar, trabalhar e lutar por novas formas sociais de convivência. Leonor nesta época estava ensinando e executando trabalhos por organizações não governamentais que frutificavam, apesar do ambiente adverso da ditadura militar. Seu pensamento insistia na possibilidade de sua fé católica transformar o mundo para além das artimanhas diabólicas dos que conspiravam contra a vida.

Em uma noite soturna se escondem os que conspiravam a favor da mentira e contra o viver plenamente. Estes ensandecidos atacam Leonor e Claudio. Ambos são feitos prisioneiros. Não sabendo o que tirar deles, criam estórias fabulosas sobre os dois, mas em vez de armas, encontram livros; numerosos livros escrupulosamente muito cuidados e estudados.

Leonor é torturada física e psicologicamente, não a deixam dormir nunca, recebe choques elétricos, é levada para assistir sessões de tortura de seu marido e sofre abusos sexuais de seus algozes e, para guardar o seu íntimo, delira e alucina. É a última fronteira da sua sanidade, afastar-se da realidade se torna o único caminho viável para manter-se íntegra.

Quando o tormento parece interminável, Leonor é solta do Hospital do Exército para morrer acidentalmente. Deixada em uma avenida de grande trânsito do Rio de Janeiro, é molestada por automóveis passando em grande velocidade. Trôpega e vacilante, é levada por sua fé ao outro lado da grande avenida. No entanto, seus algozes a aprisionam novamente. É então conduzida à antiga sede do Ministério do Exército, naquele momento sede do 1º Exército. Lá reencontra Claudio, seu marido, em estado de dor e imenso sofrimento.

Ambos são postos em liberdade, com o compromisso de se apresentarem regularmente àquele local para assinarem o ponto às 13h5min. Não lhes é feita nenhuma acusação, nem é aberto qualquer processo legal ou

inquérito policial-militar, como era de praxe naquele instante. Não permitem que saiam do Brasil.

Em meio a grande pavor, procuram a proteção da igreja católica através da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros – CNBB e são acolhidos.

O Dr. José Otavio de Freitas assume o tratamento de Leonor, como também os contatos com as autoridades eclesiásticas, responsáveis pela internação, tratamento e garantia da sobrevivência de Leonor e Claudio. O tratamento na época consistiu em aplicação de neuroléticos e tranquilizantes.

A continuidade das ameaças à vida de Leonor e Claudio, que tiveram sua casa invadida em 1980, fez com que as autoridades eclesiásticas e sindicais os levassem para a França. Nesta condição são levados à proteção da central Sindical – CFDT e da Igreja Católica ao autoexílio político na França. (...)

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2002.

4- Carta que me foi enviada pelo Frei Eliseu, quando pesquisa a relação Estado x Igreja, nos Arquivos da CNBB.

Amigo Claudio:

Deixe-me tratá-lo substantivamente como amigo. Não cabe nenhuma adjetivação. Logo que você se identificou, ontem, ao telefone, foi uma vibração de amizade que sua voz despertou. Desde então, pus-me a cascavilhar lembranças na memória.

Conheci você no CEDI. A pessoa mais discreta que já encontrei nesta vida. Presente a tudo, mas de uma presença respeitosa. Pouco eu sabia de sua história. Eis por que me surpreendi quando encontrei o seu nome entre aqueles que caíram nas malhas da repressão da ditadura.

Terá sido pelos meados de 1978. Jether me pediu para pesquisar nos arquivos da CNBB às vítimas do regime militar. Parece-me que ele estava coordenando a preparação de um documento-denúncia a ser apresentado na conferência do CELAM em Puebla.

Fui a Brasília e, graças à intermediação do Pe. Virgílio Uchoia, tive acesso às pastas em que estavam amontoados, desordenadamente, recortes de jornais e de revistas, assim como cópias de correspondência. Verifiquei que o noticiário na imprensa começou a escassear no governo do Garrastazu, o carrasco-Azul.

Se não me falha a memória, a referência a você e sua esposa não estava no noticiário da imprensa, mas na correspondência. Seria uma ou mais cartas da Presidência da CNBB sobre 'démarches' a seu favor em que se aludia aos vexames que você e, sobretudo sua esposa tinham sido submetidos nos porões da ditadura. Parece-me até que se aludia a Dom Eugenio Salles como

um dos que se tinham interessado por vocês. Ao deparar com o nome Claudio, não o identifiquei.

Em novembro de 1978, Jether me indicou para, junto com você, assessorar o primeiro encontro dos Padres de Nova Iguaçu e de Volta Redonda que iriam constituir o Clero da nova diocese, criada com o desmembramento das duas e que seria regida por Dom Vital Wilkderink. O encontro foi no Centro de Treinamento de Volta Redondo, em Arrozal. Só então pude confirmar que era você o Claudio de cujas torturas tinha tomado conhecimento na documentação desordenada da CNBB. Uma nesga de lembrança: sua esposa teria sido brutalizada na sua presença...

Não sei se essas lembranças vagas e dispersas podem ajudar no seu processo. Se sim, posso prestar um depoimento formal, com firma reconhecida. (...)

23.10.02

5- Após consulta ao meu prontuário na ABIN, em 27 de agosto de 2002, recebi em 28 de maio de 2003, documento classificado de “Certidão n. 2712”, em que se pode ler:

Em documento datado de 17 Maio de 1973, do Centro de informação e Segurança da Aeronáutica (CISA), seu nome figura em uma relação de líderes e militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), presos ou mortos em combate com os Órgãos de Segurança.

No Relatório Periódico de Informações n. 06, do Centro de Informações do Exército, datado de 15 Ago. 73, o requerente foi citado como membro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), estando à época, foragido.

Solicitei e recebi documento, que traz os dados abaixo:

“documento com origem do Ministério da Aeronáutica – Informação n. 215/CISA, datado de 17 Maio 1973”, marcado como “Secreto” e “Urgentíssimo”, divulgado pela AC/SNI.

Nesse documento, consta na página 2, ponto cinco, com o subtítulo de “Líderes e militantes presos ou mortos em combate com os órgãos de segurança”. Elementos expurgados ou mortos por suas organizações. Dados de qualificação. De 01 jan. a 30 Abr. 73:

a- ALN

Arnaldo Cardoso Rocha

Morto em São Paulo, em 15 Mar 73.

Pai: João de Deus Rocha

Mãe: Anete Cardoso Rocha

Nasc. 28 Mares 1949 - BA.

Antônio Pedro

Preso pelo Doi/II Ex, em Jan 73.

Pai: João Antônio Pedro

Mãe: Eduardina Barreiro Fernandes Pedro

Nasci. 10 ago. 1942 – SP

Luiz Carlos Guimarães

Preso pelo DOI/ I Ex em 27 Abr. 73.

Pai: Hélio Guimarães

Mãe: Iara Clais Guimarães

Nasci. 05 Mar 1935 – GB

Arlete Lopes

Presa pelo DOI/II Ex: em Mar 73

Sem dados de qualificação.

Soledad Barrett Viedma

Morta em Recife, em Jan 73.

Pai: Alex Rafael Marrett

Mãe: Deolinda Viedma de Barrett

Nasci. 06 Jan 1945 - PARAGUAI

Ubajara Silveira Roriz

Preso pelo DOI/ I Ex, em Mar 73.

Pai: Newton Sá Roriz

Mãe: Maria Ruth Silveira Roriz

Nasci. 21 Abr. 1953 - BA

Pauline Reichstul

Morta em Recife, em Jan 73.

Pai: Selman Reichstul
Mãe: Walla Ethel reichstul
Nasci. 18 Jun. 1953 - THECOSLOVAQUIA

D- PCBR

Inês Padredi Martiani
Presa na GB, em Jan 73.
Pai: Mario Ângelo Padredi
Mãe: Julieta Correia Padredi
Nasci. 16 Abr. 1947 - SP.

Anatália Melo Alves
Morta em Recife, em mar 73.
Pai: Nicacio Loia de Melo
Mãe: Maria Pereira de Melo
Nasci. 09 Jul. 1945 - RN

Isolda Costa Fernandes
Presa pelo DOI/ IV Ex, em jan. 73.
Pai: Antônio Gentil Fernandes
Mãe: Rita Costa Fernandes
Nasci. 27 Abr. 1947 - RN

CLAUDIO ARAUJO NASCIMENTO - 11 Abr. 73
Sem dados de qualificação

e – MR8

Nada consta.

No ponto F o referido documento segue com as organizações POC, OCML-
PO, FB e POLOP.

6 = O Requerimento que apresentei a Comissão de Anistia:

Senhor Ministro de Estado da Justiça

REQUERIMENTO À COMISSÃO DE ANISTIA

I - Dados pessoais

Nome: CLAUDIO ARAUJO NASCIMENTO

Nascido em: Brejo da Madre de Deus, PE.

Nacionalidade: brasileira

Data do nascimento: 01 de outubro de 1950

Estado civil: casado

Residência: SQS 307 Bloco "H" apto. 303 Brasília DF CEP: 70354-080

Telefone: 244.4851 e-mail: claudan@terra.com.br; claudio.nascimento@mte.gov.br

CPF: 429.166.747-72 - RG: 4.602.127-2 SSP-SC

Conta corrente: 00406339-2 ag. 2220 Caixa Econômica Federal

Cônjuge: Gladis Vera Gassen

Filho: Carlos Gassen Nascimento

II – Histórico

Minha militância política teve início logo cedo, após o golpe militar de 1964. Em 1965, 1966 e 1967 participei do movimento estudantil em Caruaru, quando tive contato com militantes da então chamada "Corrente Revolucionária", que depois daria origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, dirigido nacionalmente por Mario Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender, entre outros.

Iniciei minha militância no PCBR no ano de 1969. Esta organização havia sido fundada, no Rio de Janeiro, em abril de 1968. Os contatos iniciais foram com JOVENILDO PINHEIRO DE SOUZA ("Papa", preso em 1972) e JOÃO FLORENCIO (preso em 1972), ambos no Colégio Estadual em Caruaru. Rapidamente fui engajado no "Esquema Rural", que atuava na Zona da Mata, tendo como responsável político, um dirigente do Comitê Regional LUIZ ALVES NETO (preso em dezembro de 1972), cuja companheira era ANATÁLIA ALVES (presa em 1972 e assassinada no DOI-CODI de Recife em 1973).

Os contatos com Recife eram feitos através de MARIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE (“Zito”, preso em 1972), sua companheira VERA PEREIRA (presa em 1970 e banida do país) e NANCI UNGER MANGABEIRA (presa em 1970 e banida), e de FERNANDO AUGUSTO da FONSECA (“Fernando Sandália”, “Cumprido”, preso em Recife e assassinado pelo DOI-CODI do I Exército, em 1972).

O “Dossiê Ditadura” (imprensa oficial, Governo SP-2009) relata o “Massacre de militantes do PCBR no Rio de Janeiro”:

Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio Cabral de Oliveira, Jose Bartolomeu Rodrigues de Souza, José Silton Pinheiro, Lourdes Maria Wanderley Pontes, Valdir Salles Saboia (p. 391-393).

No trabalho rural, também tive contatos com EDMILSON LIMA (preso em 1972) e, em duas ou três vezes, com um dirigente do Comitê Central do PCBR, vindo do Rio de Janeiro, LUIS ANDRADE DE SÁ BENEVIDES (“Careca”, “Ezequiel”, “Barbosa”, etc.), companheiro de MIRIAM LOPES DE VERBENA (ambos foram encontrados mortos, após um acidente de automóvel, em 1972, perto de Caruaru, quando vinham da cidade de Cachoeirinha, onde tínhamos lhes arrumado um aparelho).

LUIZ ALVES NETO estava em contato com CLAUDIO GURGEL (preso em 1971) e este com JOSE GERSINO SARAIVA MELO (“Rivelino”, preso no RJ, em 1971).

Sobre GERSINO SARAIVA, dito “Rivelino”, o DOI-CODI me atribuiu conhecê-lo, tentando me envolver com uma pessoa que tinha participado de varias ações armadas (Documento Anexado, com Dossiê sobre GERSINO SARAIVA).

Também me acusaram de receber dinheiro da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, nas pessoas dos irmãos Lorscheider (Dom Ivo e Dom Aloízio), para compra de armas. Inclusive, tentaram me fazer assinar um documento com este tipo de acusação aos referidos Bispos.

Em 1970, no curso da campanha do “Voto Nulo” realizada pela FREPE (Frente Revolucionária Popular) que articulava algumas organizações, a repressão fez um arrastão no país, prendendo milhares de pessoas. “Duas semanas antes das eleições legislativas de 1970, marcadas para o dia 15 de novembro, o governo desencadeou um arrastão de opositoristas. Pode-se estimar que tenham sido presos em torno de mil pessoas, numa lista onde se misturam líderes sindicais, artistas e advogados de presos políticos. Em alguns casos, foram levados para prisões conhecidas. Em outros, foram sequestrados e mantidos em cárceres clandestinos” (Élio Gaspari, em seu livro “A Ditadura escancarada. As ilusões armadas”. Cia. das Letras, 2002, p. 310).

Sobre o mesmo episódio, Luís Mir, em sua obra “A Revolução Impossível. A esquerda e a luta armada no Brasil” (Editora Best Seller, 1994) afirma o seguinte:

O regime militar aproveita a “Quinzena do Terror” para desfechar uma campanha de repressão maciça, detendo, em todo o país, cerca de cinco mil pessoas com passado ou vínculos com a esquerda, mas completamente desligados de qualquer atividade ilegal ou armada. Como a esquerda armada pregava o voto nulo, os militares consideraram preventivo e mais seguro deter a liderança da esquerda legal (sindicatos, diretórios acadêmicos, associações profissionais, militantes do PMDB) como forma de neutralizar um resultado adverso nas eleições de 15 de novembro de 70, as primeiras enfrentadas pelo General Médici ainda na euforia da conquista do Tricampeonato Mundial de Futebol no México.

Em Caruaru, prenderam umas 40 pessoas e, neste contexto de perseguição, consegui escapar desta escalada repressora; após reunião com Luiz Alves Neto, fugi para o Rio de Janeiro, junto com minha esposa, com o objetivo de evitar cair na clandestinidade em Pernambuco.

No Rio, procurei contato com o PCBR e, não o conseguindo, através de uma conhecida, tive contato com um dirigente da ALN de Carlos Marighella, PAULO DE TARSO CELESTINO (desaparecido após ser preso no Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1971), mas não aceitamos, por divergências políticas, aceitar a incorporação àquela organização.

Passei a morar, em busca de emprego, no apartamento de MANOEL MESSIAS (ex-militante do PCB, preso em 1964 e em 1972), na Ataulfo de Paula, no Leblon. Neste local, encontrei um dirigente nacional da ALN, LUIZ JOSE DA CUNHA (“Nego”, “Crioulo” etc., assassinado em julho de 1973 pelo DOI-CODI de São Paulo), com quem me articulei politicamente, fazendo trabalho no setor de massas, no meio operário, pois estava empregado na ECISA e trabalhava no canteiro de construção do Hospital Universitário na Ilha do Fundão, enquanto não retomasse contato com minha organização.

LUIZ JOSÉ DA CUNHA, em certo momento, me passou um contato com o PCBR. Assim, encontrei um dirigente, GETULIO D’OLIVEIRA CABRAL (assassinado no DOI-CODI do RIO, em dezembro 1972). Entretanto, como tinha mudado de emprego, indo para o Jornal do Brasil, na Av. Rio Branco, como “praticante de impressor”, trabalho noturno que me fez perder o contato com a organização, por problemas de horário.

Neste período, conheci JOSE SERGIO CORREA MENDES (preso em 1973), ator de teatro militando na RAN (Resistência Armada Nacionalista), que me pôs em contato com um dos seus dirigentes, AMADEU DE ALMEIDA ROCHA (preso em 1973). Contudo, não me filiei a esta Organização. Em 1973, com as quedas na RAN, JOSÉ SÉRGIO

CORREIA MENDES, sob torturas e ameaças de abortarem sua esposa, que também estava presa, levou o DOI-CODI à minha residência, quando fomos sequestrados por um comando liderado pelo oficial do DOI-CODI do I Exército, MARIO CAVALIERI. (vide Documento anexo).

Do DOI-CODI, junto com minha esposa, Leonor Souza Pinto, e Jacques Alvarenga, fomos conduzidos para o DEOPS, na Rua da Relação. Todavia, minha esposa foi direto para o Hospital Central do Exército. No automóvel que nos conduziu, os policiais retiraram nossos capuzes e quando ela me viu, eles afirmaram para ela que eu não tinha sido fuzilado!

Leonor Souza Pinto foi interrogada pelo Major EUCLYDES DA SILVA CHIGNALL, no mês de maio de 1973, apesar do Diretor do Hospital Central do Exército negar que ela esteve neste hospital, em setembro de 2002 (Vide Documento Anexo).

Na prisão, quando conduzido do DOI-CODI para o DEOPS (Rua da Relação, no Rio de Janeiro), neste órgão fiquei algum tempo com o Prof. JACQUES ALVARENGA MOREIRA, militante da RAN, que estava muito nervoso; contou-me sua prisão, que tinha sob tortura denunciado um militante da ALN, MERIVAL ARAÚJO (preso e assassinado no DOI-CODI). Quando foi libertado, o Prof. Jacques Moreira veio a ser “justiçado” por um comando da ALN.

Permaneci mais de uma semana no DEOPS (Rua da Relação), em uma cela de número 6, estreita e muito alta, como um elevador, e incomunicável. Ali, esperávamos ser chamados de volta ao DOI-CODI. Contudo, o próprio carcereiro, durante a noite, abria as celas, tornando possível que pudéssemos conversar entre nós e com os presos, já condenados, da cela chamada “Maracanã”.

Assim, pude conhecer JANUARIO PINTO (da PR), CARVALHO (VPR), CARLOS AUGUSTO e ROGÉRIO MEDEIROS (RAN), além do Prof. JACQUES ALVARENGA, já citado (RAN).

Os DOCUMENTOS (cedidos pela CNBB) e a carta do Frei Eliseu Lopes, ambos anexados referem-se a torturas que sofremos no DOI-CODI.

III: Vida profissional na época da prisão:

A) Tipo de atividade.

No Rio de Janeiro, trabalhei em várias empresas, a saber:

- Trabalhei como cobrador no bondinho do Aterro do Flamengo, durante o mês de março de 1971.

- ECISA (Engenharia Comércio e Indústria S.A), registro n. 6884, sede a Rua Senador Dantas, 74/10º andar, na função de apontador de campo, no canteiro da Ilha do Governador quando da construção do Hospital Universitário. No período de 12 maio 1971 a 18 junho de 1971.

- JORNAL DO BRASIL, com sede a Avenida Rio Branco, 110/112, como praticante de impressor, registro n. 6394. No período de 01 de setembro 1971 a 28 de fevereiro de 1972.

- CTB (Companhia Telefônica Brasileira), com sede a Av. Presidente Vargas, 2560, registro número 29540/2 como perfurador conferidor IBM. No período de 19 de fevereiro de 1973 a 10 agosto de 1973. Na CTB estava com promoção assegurada para a função de analista de sistema em computação, quando fui sequestrado pelo I Exército.

b) Último emprego:

O último emprego antes da prisão, foi na CTB, como “perfurador conferidor IBM”, com salário de setecentos e dezessete cruzeiros e sessenta centavos por mês (Cr\$ 717,60), na agência situada no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro/GB.

Fundamentos fáticos e jurídicos para esta remuneração, ver cópia anexada da Carteira de Trabalho e os holerites da CTB.

III. Projeção da situação atual.

Cargo ou Função que eu ocuparia se estivesse em atividade:

- Analista de Sistema de nível Sênior, com remuneração atual projetada em R\$ 6.000,00 mensais (vide declaração da FITTEL, Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações, filiada a CUT).

Os documentos anexados (Carteira de Trabalho da época, com o respectivo contrato de trabalho com a CTB, mais os holerites de recebimento do

pagamento), tornam possível o cálculo monetário para realizar a indenização requerida.

IV: Resumo do pedido:

a) Artigo 1 da medida provisória n. 2151- 2 de 2001: meu pedido inclui os três primeiros itens deste Artigo – declaração da condição de anistiado político, reparação econômica em prestação única e contagem, para todos os efeitos, do tempo em que estive compelido ao afastamento de minhas atividades profissionais em virtude de punição injusta e de fundada ameaça de punição, por motivo exclusivamente político.

b) Espécie de remuneração econômica requerida:

- A que corresponde ao período em que perdi meu emprego na CTB, na cidade do Rio de Janeiro, até o ano de 2001, em que foi promulgada a medida provisória n. 2151-2.

- E a pensão mensal equivalente ao salário e função atualizados e relativos ao cargo que exercia na CTB.

- Incorporação do tempo que fiquei sem poder trabalhar, para contar na aposentadoria.

c) Art. 2 da Medida Provisória n 2151-2 de 2001: “Demitidos, sendo servidores públicos e civis e empregados em todos os níveis do governo ou em suas fundações publicas, empresas públicas ou empresas mixtas sob controle estatal, exceto nos comandos militares”.

- Por perseguição policial, que me levou em 1970, escapando a sanha da repressão militar, a fugir de Pernambuco indo para o Rio de Janeiro; desta forma, rompendo meus laços familiares, abandonar os estudos no Colégio Diocesano de Caruaru, e de emprego em Colégio na cidade de Gravatá.

Acrescento que, a partir de 1979, trabalhando no CEDAC e participando da construção do PT e, sobretudo, da CUT, fui objeto de perseguição constante da polícia, até que, em 1980, tivemos nossa residência invadida e saqueada; livros marxistas rasgados e pintados de vermelho, suásticas desenhadas nas paredes. Com indício de participação neste ato terrorista de grupos paramilitares, com

apoio de elementos das Forças Armadas. O documento anexado, da DI-DGIE da Polícia Federal-RJ, datado de 28 de abril de 1980, é sintomaticamente, do período em que ocorreu esta invasão. Este documento relata minhas atividades no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), entidade também citada no Documento da ABIN.

Nos livros “Combate nas Trevas”, de Jacob Gorender, fundador e dirigente do PCBR e no “Dossiê Ditadura, mortos e desaparecidos políticos no Brasil, 1964-1985”, publicado em 2009 pelo IEVE e a “Imprensa Oficial” do Governo de SP, achei dados que explicam essa perseguição aos militantes do PCBR, ainda no início dos anos 1980:

O assassinato de Mario Alves teve duas sequelas trágicas. A primeira (...) resultou na morte de Salatiel Teixeira Rolim, justificado por um comando do PCBR. A segunda ocorreu em agosto de 1980, quando duas cartas-bomba explodiram simultaneamente, uma na sede da OAB no Rio de Janeiro e a outra no gabinete do vereador carioca Antônio Carlos de Carvalho. A bomba enviada à OAB matou a secretária Lyda Monteiro da Silva. No gabinete do vereador, um funcionário ficou ferido e mutilado. A autoria dos atentados não pôde ser esclarecida, pois ainda vivíamos sob a ditadura militar. Mas, em 1976, o presidente do Conselho Federal da OAB, Francisco Fernando Uchoa, determinou nova investigação do caso, entregue a detetives particulares. O relatório conclusivo da investigação apontou COMO RESPONSÁVEIS PELOS DOIS ATENTADOS UM GRUPO LIGADO AO DOI-CODI DO I EXÉRCITO, constituído por nove militares e três civis (incluindo os coronéis e um tenente-coronel). A motivação dos crimes residiu no intento de matar e intimidar o então presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes e o vereador Antônio Carlos de Carvalho, que conduziam investigações sobre a morte de Mário Alves, pretendendo também revelar os nomes dos responsáveis (grifo nosso).

NB= O livro de Flavio Deckes, “Radiografia do terrorismo no Brasil, 1968-1980” (Cone editora, 1985), fala de uma “Vanguarda de Caça aos Comunistas”.

“Outra sigla revelada em 80 foi a VCC, que se responsabilizou pelo ataque mais violento contra a OAB/RJ e Câmara dos Vereadores, quando morreu uma pessoa” (p.120). Na grade construída pelo autor, a VCC foi responsável por dois atentados no Rio de Janeiro:

Alvo	método	data	org.
Lydia Monteiro da Silva e OAB atentado		27/08/80	VCC
José Ribamar de Freitas (Câmara) atentado		27/08/80	VCC (p.129)

Foi neste contexto de terrorismo militar-civil, desencadeado pelos grupos de extrema-direita, que culminaria com a tentativa de atentado a bomba no show do 1º de Maio no Riocentro. Era um caso específico que incluía perseguição aos

militantes do PCBR. Foi quando a nossa moradia foi invadida e, por meses, eu fiquei sendo seguido por agentes do DEOPS.

Devido a essa situação, tivemos, então, para nossa segurança, que sair do país e residir por dois anos na França, onde ficamos de julho 1981 a julho 1983. Mais uma vez, afastamo-nos de nossos familiares, de emprego e dos estudos.

O Documento da ABIN (anexado) traz anotações a meu respeito, até 1986.

V - Resumo dos fatos

Fui perseguido, preso, torturado e obrigado a sair do meu país, por lutar contra um regime arbitrário e injusto, estabelecido em 1964 e agravado em 1968.

Somando o tempo, fui obrigado a ficar cerca de oito anos longe de meus familiares em Pernambuco, de onde saí em 1970 e só pude retornar para visitar minha família em 1977. Após a prisão, somente consegui retomar o trabalho em 01 de outubro de 1975, no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), no cargo de documentalista.

Ao sair da prisão, em maio de 1973, voltei ao meu trabalho na CTB. Entretanto, ao irmos ao Ministério da Guerra para assinar a lista de não ausência da cidade, fomos interrogados por mais de 5 horas por um oficial do Exército, que se dizia responsável pelo processo da Ação Popular, mas que tinha em suas mãos um dossiê sobre atividades do PCBR em Pernambuco. Pôs-me várias questões e, entre elas, perguntou-me se conhecia um militante com codinome "Careca", "Ezequias", e mais outros seis codinomes, que disse ser da mesma pessoa. Neguei conhecê-lo. Trata-se do dirigente do PCBR, LUIS ANDRADE DE SÁ BENEVIDES, que morreu em condições não esclarecidas, junto com sua companheira MIRIAM LOPES DE VERBENA, na Cidade de Caruaru, em oito de Março de 1972. Estive com este companheiro duas ou três vezes, mas sem saber quem era, como exigia as condições de clandestinidade da época.

Esse mesmo oficial também nos perguntou sobre LUIZ JOSE DA CUNHA, o "Crioulo", amigo de Manoel Messias, um amigo de Caruaru, ex-militante do PCB e que, no Rio, deu abrigo algumas vezes a Luiz. Por isso, foi preso em 1972.

Morei no apartamento de Manoel Messias durante um período, quando travei conhecimento com Luiz José da Cunha, que era dirigente da ALN de Carlos Marighella e foi assassinado pelos agentes do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, em 13 de julho de 1973. Respondemos que não conhecíamos o Luiz.

Após este interrogatório, passei a ser seguido por agentes do DOI-CODI que, no fim-de-semana, foram a nossa residência para nos prender outra vez. Entretanto, conseguimos escapar e nosso advogado nos aconselhou a procurar a CNBB para pedir ajuda. Assim, outra vez perseguidos pelo militares do DOI-CODI, I Exército, fomos protegidos pela Comissão Justiça e Paz, ficando uma semana na casa de Branca Moreira Alves (no parque Guinlei), então responsável das relações dos leigos brasileiros com o Vaticano. Em seguida, a CJP nos internou na CLINICA da GAVEA para tratamento, cujo diretor era um homem humanista e conhecia nossa situação. Nessa Clínica Psiquiátrica ficamos internados de 13 de Junho a 19 de julho de 1973. Nos fins-de-semana, dia de visitas, dois membros do DOI-CODI apareciam no pátio. Saindo desse internamento, para evitar nova prisão, ficamos escondidos em casa de parentes no Estado do Rio.

(Doc. da ABIN: “No Relatório Periódico de Informações n.06, do Centro de Informações do Exército, datado de 15 de agosto de 1973, o requerente foi citado como membro do PCBR, estando, à época, foragido”).

Nosso advogado foi o DR. ANTONIO MODESTO da SILVEIRA (inscrito na OAB, número 12406, escritório na época à Rua Debret, número 23, grupo 1316, na cidade do Rio de Janeiro (Documento Anexo)).

Acrescento que fui obrigado a interromper meus estudos quando estava para finalizar o Segundo Grau em Caruaru, em novembro de 1970 e prestes a ingressar na Universidade para curso de nível superior.

Minha vida profissional foi, outra vez, interrompida em abril de 1980, quando, após ser seguido vários meses por agente da polícia, tive minha RESIDÊNCIA INVADIDA E SAQUEADA (localizada na Rua da Glória) por um grupo de extrema-direita, no contexto terrorista que ficou conhecido pelo fato RIO-CENTRO. Tivemos mais uma vez que fugir, abandonar o trabalho e nossa família, dessa feita para o exterior, França, onde ficamos até julho de 1983, período que

aproveitei para cuidar da minha saúde. Neste país, fomos acolhidos pela Central Sindical - CFDT e pela ONG - CCFD (Documentos Anexos). Residimos na 13-15, rue Taine, 12^{ème}. (Documento Anexo).

Aproveitei para fazer tratamento de saúde, com o Docteur CHARLES EDELMAN, com consultório na época à: 2, rue Turgot, 9^{ème}- Paris, tel. 8785755.

Realizei, inicialmente, curso de Francês na UNIVERSITÉ DE FRANCHE – COMTE, Centre de Linguistique Appliquée, na cidade de BESANÇON (Documento Anexo) e, em Paris, na ALLIANCE FRANÇAISE (Documento Anexo).

Como mostra o Doc. Que eu requeri a ABIN, ainda durante a segunda metade da década de 1980, estava sendo alvo de perseguição dos serviços de informação.

As sequelas das torturas:

As torturas a que fui submetido no DOI-CODI na PE, Barão de Mesquita, (Doc. Da CNBB) deixaram-me várias sequelas:

- Devido às convulsões provocadas pelos choques elétricos prolongados, ao longo de muitas horas, tive que tomar pílulas anticonvulsivas e antidepressivas durante vários anos (Doc. Médicos/receitas). Durante muito tempo, fiquei com síndrome de pânico. O período que fiquei na “geladeira” no DOI-CODI RJ provocou-me claustrofobia.

- Ao sairmos da prisão, em 1973, fomos mais uma vez perseguidos pelos órgãos de repressão e abalados, tivemos que ficar internados em uma Clínica Psiquiátrica (Doc. Clínica Gávea) Nos anos 1970 e 1980, tive que ter acompanhamento médico-psiquiátrico e, por vários anos, tomar psicotrópicos. No Brasil, fui paciente do Dr. JOSE OTAVIO FREITAS, no Instituto de Psiquiatria da UFRJ e, na França, do Docteur CHARLES EDELMAN.

- Além disso, devido em grande parte ao quadro clínico resultante da prisão, nossa vida de casado foi atingida, brutalmente, devido à situação em que se encontrou minha esposa, pelas torturas às quais foi submetida (Doc. CNBB), (inclusive, engravidando de um torturador e depois fazendo um aborto, contra suas convicções religiosas) causando à nossa separação anos depois.

VI - indicação de provas de todas as alegações:

Todos os Documentos que anexei a este requerimento são provas daquilo que aqui relato.

Claudio Araújo Nascimento

Agosto 2004

Fui anistiado em Abril de 2010.

Voltemos à nossa historia. O ano de 1974 foi muito difícil, tentando recomeçar, desemprego, medo e os primeiros sinais da abertura com as eleições!

No início, trabalhei com um professor de filosofia, o ex-padre Sotero Caio, figura admirável, nascido em Timbaúba, como Mario Pedrosa. Nunca esqueci que, na noite em que saímos da prisão, ele e veio nos ver. Soubera pela CNBB que estávamos livres e, com muita coragem, tocou nossa campainha. Trabalhar com Sotero foi ocasião para estudar filosofia e também, para sobreviver. Fazia textos de provas para alunos de universidades, dos quais, ainda tenho alguns: a filosofia dos universais em Lukacs; a estrutura lógica do mundo de Carnap; o fim da escola em Ivan Ilich; cheguei a quase formar um padre das hostes do conservador Dom Eugenio Sales.

No apartamento de Sotero, certa vez, DOI/CODI tocou o telefone, perguntando se eu não queria voltar para lá e que estavam indo me visitar em seguida. Desci rápido com o prof. Olinto Pegoraro que estava por lá na ocasião.

Em 1973, no segundo semestre, após a saída da clínica da Rocinha, foi uma loucura. Voltamos para casa de Mendonça e Ilva; pessoal do teatro que chegava pelas duas ou 3 da madrugada. Tocavam a campainha e pulávamos de susto pensando ser a repressão, devido à hora. Certa época dormia vestido para não ser preso nu ou de pijama! O medo de ter prejudicado companheiros me aterrorizava. Após o sucedido com o Jacques, mesmo sabendo que esse fato não tinha ocorrido com minha prisão, andava sempre de frente ao trânsito de carros.

Após sairmos da clínica, ficamos alguns dias na casa de uma sobrinha de Leonor, em Copacabana, mas ela fazia muita pressão para saber quando iríamos embora. Voltamos a morar com Mendonça e Ilva, desta vez num apartamento na rua da praia do Russel, perto da Rádio Globo e também da CNBB. Tive muito apoio, quando desempregado, de Dona Cecílinha, Agle, Ruth Palotino e do Banco da Providência.

Ficamos com Ilva e Mendonça de 1974 a 1978, quando fomos morar na Rua da Glória. Em final de 1977, voltamos pela primeira vez a Pernambuco. Ficamos em Recife. Caruaru, Brejo Madre Deus. Para mim, foi uma grande sensação voltar a ver meus familiares depois de sete anos, estar em Caruaru, no Brejo Madre de Deus. No Brejo, ninguém falava conosco, em Caruaru, revimos amigos. Desde esta data, sempre voltava para Recife no fim do ano, para as festas e de férias, como que em busca do tempo perdido na relação com a família, estar presente nas festas de Natal e Ano Novo, que passaram a ser festas. No Rio, muitos anos, fomos dormir cedo, pois estas datas não tinham sentido na situação em que vivíamos. Outras vezes, íamos para casa de Mãezinha, em Piracema, pois lá, pelo menos, estavam os primos e primas.

Em 1975, Sotero levou-me para colaborar no CEDI. Começou, então, outro período da minha vida e história política, pois fui contratado no segundo semestre. Senti uma alegria imensa em sair do desemprego. Em 1974, saía todo dia às 5 da manhã com os recortes de classificado em busca de emprego. Era uma procura infernal, sempre o mesmo resultado: nada. Certa vez, fui ao Bradesco e disseram-me que já tinha idade avançada, 22 anos. Já tinha vivido essa experiência antes de ser preso. Na casa de Ilva/Luiz, quando não tinham trabalho na TV ou em teatro, a situação era crítica. Muitas vezes, somente tínhamos água e farinha para comer. O pequeno Luiz Carlos Nino ia comer na casa da tia Celi, ali perto. Maria, a preta de Campos, empregada na casa, fazia tudo por nós. Mesmo sem salário, não nos largava; gostava de estar em casa de artistas de TV. Isso a cacifava na Praça do Russel, a São Sebastião, diante das outras empregadas domésticas, quando se encontravam à noite. Maria sabia do que ia se passar em alguns capítulos, pois falava com Ilva, quando estava lendo os roteiros. Moramos

com eles até o segundo semestre de 1972, quando alugamos o kitnet na Hermenegildo de Barros. Quando lá chegamos em 1971, já tinham passado por lá Jose Wilker e Carlos Vereza.

No CEDI, iniciava-me na formação da Educação Popular. Lá trabalhavam pessoas que vinham de diversas experiências neste campo. De início, fiquei na documentação para os movimentos populares. Em 1975, fazíamos dossiês com notícias da imprensa, que iam para vários movimentos. Um dossiê tratava de notícias e textos sobre questões de interesses da oposição metalúrgica de SP. Frei Romeu Dale, do CPV, passava este material para os operários. Éramos várias pessoas lendo diariamente nove jornais para selecionar as notícias. Este trabalho implicava análise de conjuntura nos vários campos; para tal, estudávamos alguns textos como autocapacitação; éramos um grupo com muitas afinidades e o material que produzíamos ia para um arquivo.

A conjuntura política ia mudando e, já em 1976, pude fazer trabalho de assessoria a movimentos populares na Baixada. Em 1977, num salto de qualidade, refletindo o avanço das lutas populares e democrática, tivemos um Encontro de Documentação Popular, em Vitória/ES, articulando vários centros desse tipo no país. Foi uma semana de muito debate e troca de experiências. Dali saiu uma coordenação nacional para fazer um Catálogo do que publicávamos, ficando a cargo do CPV, que se estendeu por muitos anos. Lá estavam CEDI, FASE, CEAS, CPV, Pastoral de ES, etc. Frei Beto vivia em Vitória e foi discutir conosco. Nos anos seguintes, sempre havia um Encontro; o segundo foi em Itaparica/BA, sob o nome de “Imprensa Mimeografada”, diferenciando da Imprensa Alternativa da época; o terceiro foi em Olinda.

O CEDI era ligado ao SEAL, movimento ecumênico importante nas experiências da América Latina. Lá chegavam documentos, revistas e outros materiais do Chile, Bolívia, Uruguai, Peru e Argentina. Foi assim que tomei conhecimento da obra de Mariategui e da Teologia da Libertação, participando de muitos debates com Júlio Barreiro, Júlio Santana, que viviam fora de seus países.

Assim, a partir das lutas sociais ,aberta com a conjuntura de longa duração aberta em 1977-1978 ,começava uma etapa que iria durar até 2001, marcada,

principalmente pelo trabalho de formação política e sindical com movimentos populares. A partir de 2002, nova fase, marcada pelo trabalho por novas experimentações ,desta vez, com Governos, (Governo Olívio Dutra , Governo Lula), que se estenderia até 2010. Dai para cá, “ano sabático” , muita leitura, escrita ,viagens.

Essa é a Pisada!